



ri.taesa.com.br

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

2T26



Eficiência que impulsiona.

Resultados do 2º trimestre de 2026



Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA" ou "Companhia"; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2026.

Destaques do Resultado



Receita Líquida Reg. 6M26
R\$ 1.334,7 milhões (+9,5%)



EBITDA Reg. 6M26
R\$ 1.139,3 milhões (+10,5%)



Margem EBITDA Reg. 6M26
85,4% (+0,8pp)



PV de 0,73% da Receita de Transmissão 6M26
R\$ 10,8 milhões (+55,2%)



CAPEX 6M26
R\$ 445,3 milhões (-40,5%)



Lucro Líquido Reg. 6M26
R\$ 399,4 milhões (-16,4%)



Entrada em operação parcial de Tangará, Ananaí e Saíra
+R\$ 119,5 MM de RAP autorizada (ciclo 2026-27)



Novo ciclo RAP 2026-2027
R\$ 4,6 bilhões contratados (operacional e em construção)



Anúncio de Proventos 2T26
R\$ 206,8 milhões

Videoconferência de Resultados

Quarta-feira, 12 de agosto de 2026
11h00 (BRT) | 10h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)
Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:
investor.relations@taesa.com.br
<https://ri.taesa.com.br/>
+55 21 2212 6000

Resultados do 2º trimestre de 2026



ÍNDICE

1.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO	4
2.	VISÃO GERAL	6
2.1.	Estrutura Societária	6
2.2.	Estrutura Societária TBE	7
2.3.	Estrutura Societária AIE	7
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
3.1.	Desempenho Operacional	8
3.2.	Ciclo da RAP 2026-2027	9
3.3.	Resultado Regulatório	11
3.3.1.	Receita Líquida	11
3.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	12
3.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA	13
3.3.4.	Composição do EBITDA	13
3.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial	14
3.3.6.	Resultado Financeiro Líquido	15
3.3.7.	Impostos	16
3.3.8.	Lucro Líquido	18
3.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	19
3.5.	Endividamento	20
3.6.	Empreendimentos em Implantação	22
3.6.1.	Investimentos	23
3.6.2.	Premissas Divulgadas	24
3.6.3.	Status dos Projetos	25
3.7.	Resultado Societário (IFRS)	28
3.7.1.	Receita Líquida	28
3.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	30
3.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial	31
3.7.4.	Resultado Financeiro Líquido	31
3.7.5.	Impostos	32
3.7.6.	Lucro Líquido	33
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
4.1.	Valor Residual	34
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	35
4.3.	DRE 2T26	36
4.4.	DRE 6M26	37
4.5.	DRE Regulatório 2T26 (Subsidiárias)	38
4.6.	DRE Regulatório 6M26 (Subsidiárias)	39
4.7.	DRE IFRS 2T26 (Subsidiárias)	40
4.8.	DRE IFRS 6M26 (Subsidiárias)	41
4.9.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório	42
4.10.	Balanço Patrimonial	43
4.11.	Fluxo de Caixa Regulatório	44
4.12.	Fluxo de Caixa IFRS	45

Resultados do 2º trimestre de 2026



1. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado						
R\$ MM	2T26	2T25*	Var.%	6M26	6M25*	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	758,0	688,7	10,1%	1.483,4	1.358,4	9,2%
Parcela variável	(7,8)	(0,2)	3414,5%	(10,8)	(7,0)	55,2%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	6,8%	0,7	0,7	-9,4%
Receita operacional bruta	750,6	688,8	9,0%	1.473,2	1.352,1	9,0%
Deduções da receita bruta	(71,4)	(67,6)	5,6%	(138,5)	(132,9)	4,2%
Receita operacional líquida	679,2	621,3	9,3%	1.334,7	1.219,2	9,5%
Custos e Despesas	(102,0)	(99,5)	2,5%	(195,4)	(187,8)	4,0%
EBITDA	577,2	521,7	10,6%	1.139,3	1.031,4	10,5%
Mg. EBITDA	85,0%	84,0%	1,0 pp	85,4%	84,6%	0,8 pp
Depreciação e amortização	(127,9)	(102,2)	25,2%	(256,3)	(192,5)	33,1%
EBIT	449,3	419,6	0,6%	883,0	838,8	5,3%
Resultado de equivalência patrimonial	90,8	105,7	-14,1%	181,3	204,2	-11,3%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(366,5)	(242,6)	51,1%	(674,8)	(586,9)	15,0%
Resultado antes dos impostos e contribuições	173,6	282,7	-38,6%	389,4	456,2	-14,6%
Imposto de renda e contribuição social	33,2	6,5	409,4%	10,0	21,3	-53,2%
Lucro líquido do exercício	206,8	289,2	-28,5%	399,4	477,5	-16,4%

Regulatório Consolidação Proporcional						
R\$ MM	2T26	2T25*	Var.%	6M26	6M25*	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	1.036,0	950,4	9,0%	2.040,2	1.882,6	8,4%
Parcela variável	(8,7)	(0,4)	2364,1%	(12,1)	(8,0)	49,9%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	6,8%	0,7	0,7	-9,4%
Receita operacional bruta	1.027,7	950,4	8,1%	2.028,8	1.875,3	8,2%
Deduções da receita bruta	(97,1)	(91,2)	6,6%	(190,0)	(180,1)	5,5%
Receita operacional líquida	930,5	859,2	8,3%	1.838,8	1.695,2	8,5%
Custos e Despesas	(124,3)	(133,2)	-6,7%	(235,4)	(228,2)	3,2%
EBITDA	806,3	726,0	11,0%	1.603,3	1.467,0	9,3%
Mg. EBITDA	86,6%	84,5%	2,1 pp	87,2%	86,5%	0,7 pp
Depreciação e amortização	(153,6)	(115,6)	32,9%	(311,2)	(244,3)	27,4%
EBIT	652,7	610,5	6,9%	1.292,2	1.222,7	5,7%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(456,2)	(299,4)	52,4%	(845,7)	(713,3)	18,6%
Resultado antes dos impostos e contribuições	196,5	311,1	-36,8%	446,5	509,3	-12,3%
Imposto de renda e contribuição social	23,9	(8,2)	-	(19,8)	(4,6)	331,9%
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Lucro líquido do exercício	206,8	289,2	-28,5%	399,4	477,5	-16,4%

Endividamento			
R\$ MM	2T26	2T25	Var.%
Dívida Líquida	13.002,4	11.681,7	11,3%
Dívida Líquida/EBITDA	4,2	4,0	0,2 pp

Obs.: Endividamento na Visão Proporcional

* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



Resumo das Principais Explicações (2T26 x 2T25):

TEMA	RESUMO
Receita de Transmissão de Energia*	Aumento de 10,1% é explicado pela entrada em operação comercial de Pitiguari, parciais de Tangará, Saíra (2ª fase) e Ananaí, dos reforços de São Pedro, TSN e ATE III, além do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo incremento de receita pontual de R\$ 17,6 MM no 2T25 referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica.
Parcela Variável	Aumento de R\$ 7,6 MM se deve, principalmente, aos eventos de maior impacto ocorridos no 2T26, além da reversão de provisão na ETEO ocorrida no 2T25.
OPEX	Aumento de 2,5% no OPEX é motivado, principalmente, pelo acordo coletivo do ano passado e maiores despesas licenças de softwares e limpeza de faixa para gestão de PV, além de maiores gastos com consultorias estratégicas e administrativas. Estes efeitos foram compensados por menores contingências cíveis e trabalhistas.
D&A	Aumento de 25,2% refere-se, basicamente, à entrada em operação de novos ativos unitizados pela Companhia.
Equivalência Patrimonial	Redução de 14,1% é explicada, principalmente, por maiores despesas financeiras decorrente do maior IPCA, impactando a variação monetária das dívidas da TBE e Ivaí, além das emissões de dívidas das empresas Aimorés e Paraguaçu, compensado parcialmente pelo reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 e pela melhora na linha de IR/CS diferido em Ivaí e Paraguaçu.
Resultado Financeiro	A piora de 51,0% é resultado é explicada pelo aumento do IPCA (+1,99% no 2T26 versus +0,95% no 2T25) e do IGP-M (+3,07% no 2T26 versus -1,92% no 2T25) impactando a linha de variações monetárias, além do aumento do volume médio da dívida. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo maior caixa médio.
IR/CS	A melhora de R\$ 26,7 MM se deve, principalmente, à redução do lucro antes dos impostos e maior dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuídos. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo menor aproveitamento dos incentivos fiscais, em decorrência do prejuízo fiscal apurado na TAESA holding.

* Para efeitos das explicações do Release de Resultados, definimos como “Receita de Transmissão de Energia” ou apenas “Receita de Transmissão” a receita de disponibilização do sistema de transmissão relativo ao reconhecimento da Receita Anual Permitida no resultado regulatório da Companhia.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras da TAESA do Exercício Social de 2025:

O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 3.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



2. VISÃO GERAL

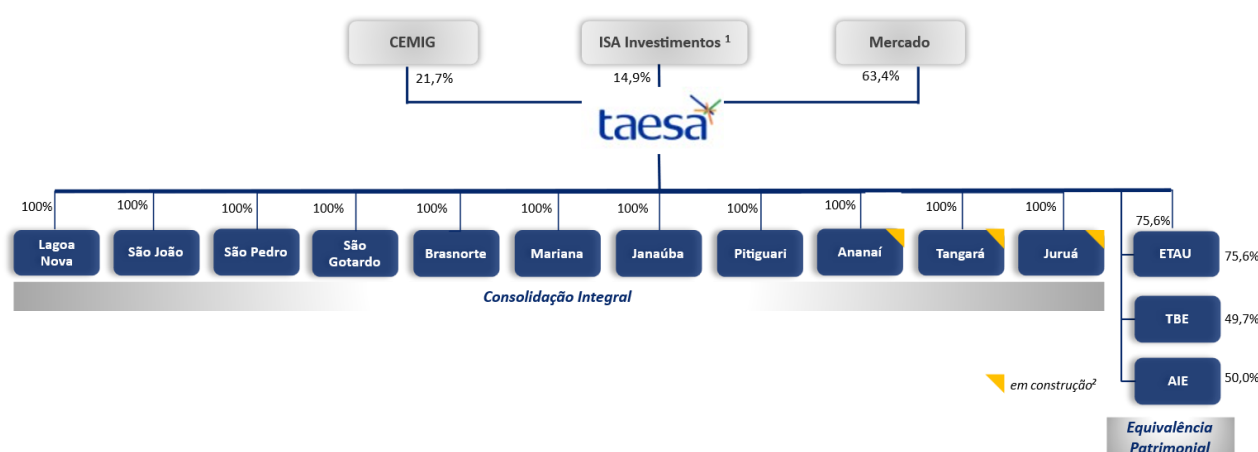
2.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela TAESA estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE).

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Tangará, Saíra e Juruá) e 5 reforços de maior porte em 4 concessões (São Pedro, ATE, EATE e ENTE). Em 2025, foram aprovados pela ANEEL 48 reforços e 25 melhorias com investimentos estimados em mais de R\$ 193 MM. Vide mais detalhes dos empreendimentos e reforços na seção 3.6.

Em 21 de maio de 2026, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a Energisa Transmissão de Energia S.A. e a Energisa S.A. (em conjunto, as "Vendedoras"), tendo por objeto a aquisição de ações representativas de 100% do capital social de cinco sociedades: (i) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A., (ii) Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A., (iii) Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A., (iv) Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A. e (v) Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A. ("Operação"). A conclusão da Operação está sujeita à implementação ou renúncia, conforme o caso, de condições precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo, entre outras, a aprovação definitiva da Operação pelo CADE, ANEEL, credores dos ativos e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da TAESA, nos termos do Artigo 256 da Lei das S.A.

Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



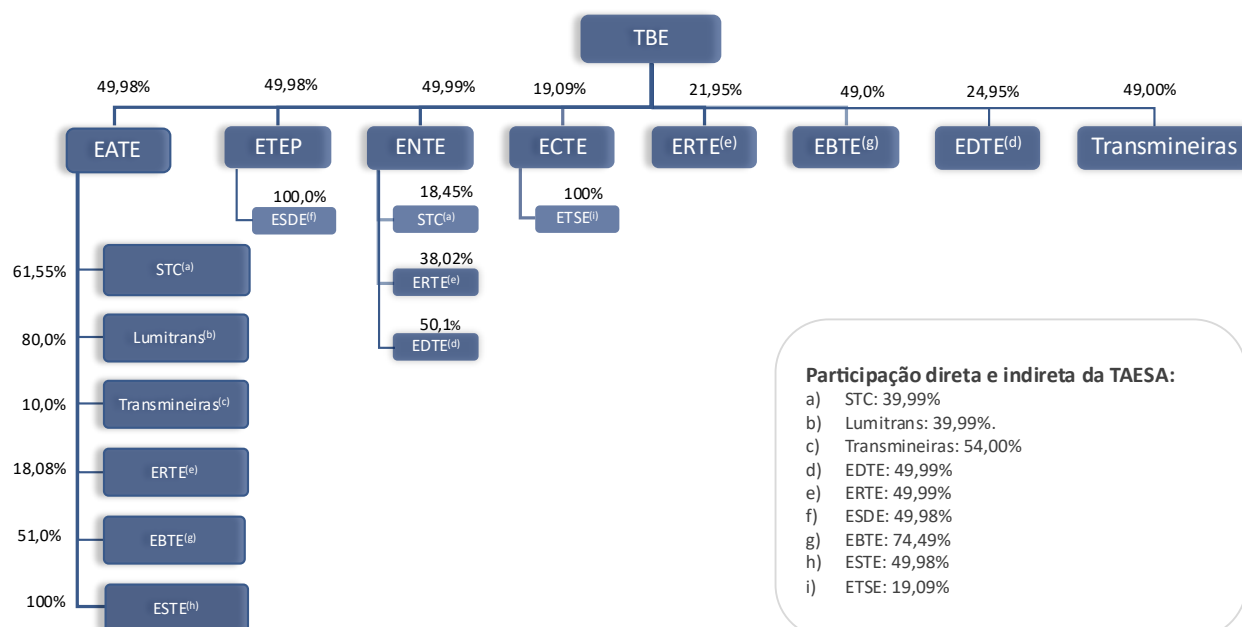
¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Saíra foi incorporada à TAESA *holding* em 29/12/23, mas continua em construção.

Resultados do 2º trimestre de 2026

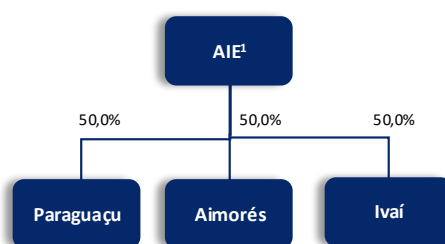


2.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da parceria dos acionistas majoritários, TAESA e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

2.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil

Resultados do 2º trimestre de 2026



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

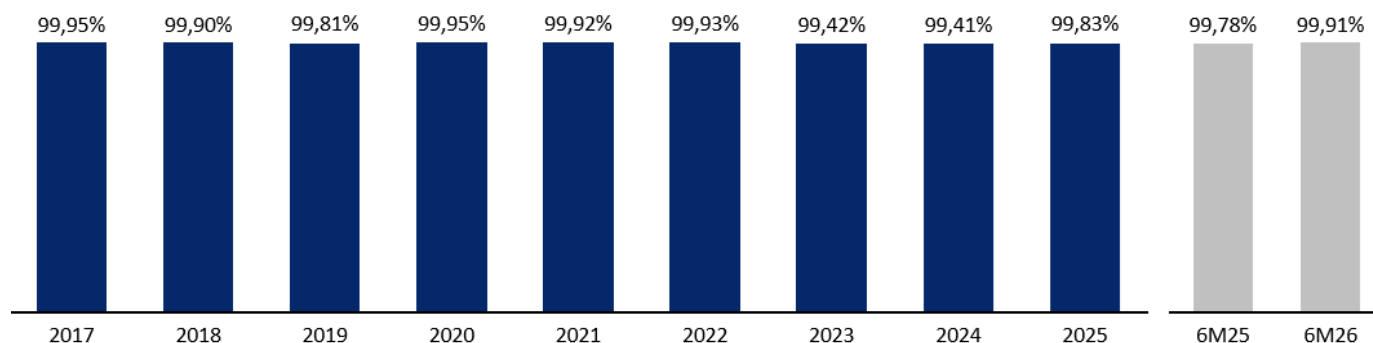
3.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste na soma do número de horas em que os ativos de transmissão estão disponíveis dividido pela disponibilidade máxima (100%) em horas desses ativos no período de 1 ano (1 ano = 8.760 horas).

A Companhia passou a adotar a metodologia de cálculo do Prêmio ONS, apresentando a disponibilidade de todos os seus ativos de transmissão e não apenas a disponibilidade das suas linhas de transmissão.

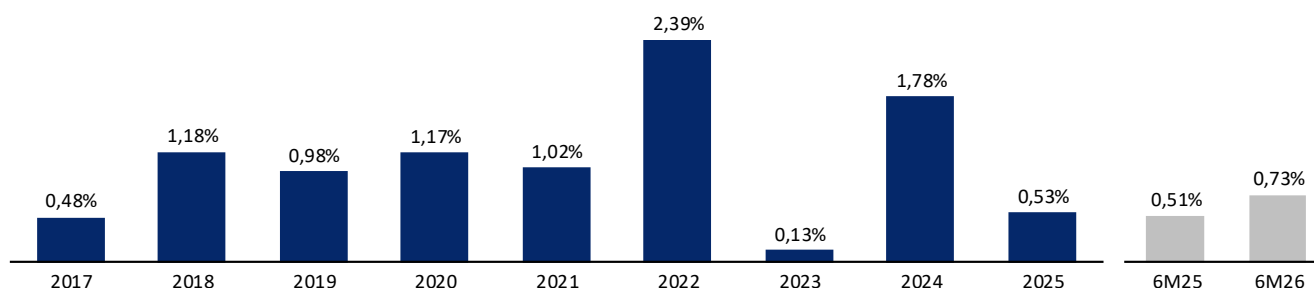
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice de disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela Receita de Transmissão, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada no 6M26 foi de R\$ 10,8 MM equivalente a 0,73% da Receita de Transmissão do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes, por ordem de relevância: (i) NTE: desligamento intempestivo na LT 500 kV Xingó / Angelim II, decorrente do rompimento de uma cadeia de isoladores poliméricos na fase C, ocorrida em abril de 2026; (ii) Saíra: desligamento na conversora Garabi II para implantação das revitalizações previstas no Edital do Leilão ANEEL 02/2022, ocorrida em abril de 2026; e (iii) Mariana: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itabirito 2 / Vespasiano 2, devido à recomposição de cabo condutor, ocorrida em março de 2026.



Resultados do 2º trimestre de 2026



3.2. Ciclo da RAP 2026-2027

Em 22 de junho de 2026, a ANEEL publicou o Despacho 2.268/2026, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2026-2027, passando a valer a partir de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2027, afetando, portanto, o resultado da TAESA a partir do 3T26. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de +1,95%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +4,72%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da TAESA para o ciclo 2026-2027 é de R\$ 4,6 bilhões, sendo 54% no nível da *holding*. Em 30 de junho de 2026, a RAP operacional da TAESA para o ciclo 2026-2027 ficou em R\$ 4,3 bilhões.

Além do reajuste inflacionário da RAP para o ciclo 2026-2027 mencionado acima, tivemos os seguintes efeitos que impactam este ciclo: (i) entrada em operação dos reforços da TSN, São Pedro e ATE III, além das entradas parciais de Ananaí, Tangará e Saíra (2ª fase); (ii) reposicionamento da RAP após processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica do ciclo anterior, que afetou Miracema; (iii) reforços autorizados na concessão de São Pedro em fevereiro de 2026; e (iv) alteração da alíquota de PIS/COFINS para São Pedro. Para as datas de entrada em operação dos empreendimentos no ciclo corrente, vide seção 3.6.

O Despacho 2.268/2026 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se trata de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Com a conclusão do processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP) publicada no ano de 2025, a concessão de Miracema passou por uma atualização da taxa regulatória de remuneração (WACC) do projeto base e de seus reforços e melhorias, resultando em um acréscimo no volume total de R\$ 2,3 MM a partir do ciclo 2026-2027.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, cujos impactos mais relevantes são nas concessões Novatrans, TSN e São Pedro, com 3 ciclos remanescentes de ajuste.

Em decorrência das alterações relacionadas à Reforma Tributária aprovada no Brasil em 2025, o Despacho nº 2.268/2026 divulgou as RAPs e as PAs líquidas de PIS/COFINS. Assim, para fins de comparabilidade, os valores apresentados neste Release foram acrescidos de PIS/COFINS tanto para os contratos indexados ao IPCA quanto para os contratos indexados ao IGP-M.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2026-2027.

Resultados do 2º trimestre de 2026



(R\$ MM)		Ciclo 2026-2027					
		RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M Reajuste:	1,95%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Novatrans		560,4	-	560,4	(15,7)	(36,9)	0,3
TSN		531,8	-	531,795	(21,8)	(2,3)	-
Munirah		35,8	-	35,8	(1,2)	0,5	-
GTESA		9,3	-	9,3	(0,3)	-	-
PATESA		29,1	-	29,1	(1,0)	-	-
ETAU ¹		40,4	-	40,4	(6,4)	1,0	-
ETEO		166,1	-	166,1	(5,5)	0,2	-
NTE		145,1	-	145,1	(4,7)	(0,2)	-
STE		80,8	-	80,8	(2,7)	(0,0)	-
ATE I ^{2 5}		140,5	19,0	159,5	(4,6)	0,1	-
ATE II		220,1	-	220,1	(7,6)	0,1	-
EATE ^{1 4}		206,2	24,5	230,6	(6,7)	0,0	-
ETEP ¹		46,3	-	46,3	(1,5)	0,0	-
ENTE ^{1 4}		106,1	10,6	116,7	(3,5)	(0,0)	-
ECTE ¹		17,1	-	17,1	(0,6)	-	-
ERTE ¹		24,3	-	24,3	(0,8)	-	-
Lumitrans ¹		10,0	-	10,0	(0,3)	-	-
Transleste ¹		20,8	-	20,8	(0,7)	-	-
Transirapé ¹		25,5	-	25,5	(0,8)	0,1	-
Transudeste ¹		12,9	-	12,9	(0,4)	-	-
Subtotal		2.428,4	54,1	2.482,5	(86,7)	(37,3)	0,3
IPCA Reajuste:	4,72%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
ATE III ³		115,7	-	115,7	(3,4)	(0,3)	0,3
São Gotardo		8,3	-	8,3	(0,0)	-	-
Mariana		25,1	-	25,1	(0,7)	0,7	-
Miracema		106,6	-	106,6	(3,3)	-	-
Janaúba		306,9	-	306,9	(10,5)	-	-
Aimorés ¹		62,8	-	62,8	(2,1)	-	-
Paraguaçu ¹		93,7	-	93,7	(3,2)	-	-
Brasnorte		44,2	-	44,2	(1,6)	(0,3)	-
STC ^{1 3}		17,0	-	17,0	(0,4)	-	-
EBTE ¹		66,9	-	66,9	(2,4)	0,1	-
ESDE ¹		10,5	-	10,5	(0,2)	-	-
ETSE ¹		7,8	-	7,8	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹		88,7	-	88,7	(3,0)	-	-
Ivaí ¹²		228,1	7,1	235,2	(7,9)	-	-
EDTE ¹		54,9	-	54,9	(1,9)	-	-
Sant'Ana		97,4	-	97,4	(3,7)	-	-
São João		73,9	-	73,9	(2,5)	-	-
São Pedro ²		94,7	11,3	106,0	(4,1)	4,5	-
Lagoa Nova		19,2	-	19,2	(0,8)	-	-
Ananaí ^{2 5}		49,7	123,6	173,3	0,8	-	-
Pitiguari		24,5	-	24,5	(0,9)	-	-
Tangará ^{2 5}		86,1	27,4	113,5	(1,2)	-	-
Saíra ²		173,9	26,9	200,8	(4,7)	-	-
Juruá ²		-	20,5	20,5	-	-	-
Subtotal		1.856,6	216,7	2.073,3	(58,0)	4,9	0,3
Total ¹		4.285,0	270,8	4.555,8	(144,7)	(32,4)	0,6

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da TAESA

² Empreendimento ou reforço em construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Reforços da TBE (REA.15573/2024)

⁵ Energização de Ananaí, Tangará (parcial) e reforço de ATE (REA nº 14.819/2023) em julho de 2026

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.3. Resultado Regulatório

3.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 2T26 alcançou R\$ 679,2 MM, 9,3% maior que o registrado no 2T25, explicada, principalmente, pelo aumento da Receita de Transmissão em função das entradas em operação parciais de Tangará, Saíra (2ª fase) e Ananaí, além da entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços de São Pedro, TSN e ATE III e do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no ciclo RAP 2025-2026 para todas as concessões da Companhia.

A Receita Líquida Regulatória no 6M26 somou R\$ 1.334,7 MM, apresentando um aumento anual de 9,5%

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
Receita de Transmissão	758,0	688,7	10,1%	1.483,4	1.358,4	9,2%
Parcela Variável	(7,8)	(0,2)	3414,5%	(10,8)	(7,0)	55,2%
Receita do Serviço	750,2	688,5	9,0%	1.472,6	1.351,4	9,0%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	6,8%	0,7	0,7	-9,4%
Receita operacional bruta	750,6	688,8	9,0%	1.473,2	1.352,1	9,0%
PIS e COFINS	(45,0)	(41,8)	7,7%	(85,9)	(80,7)	6,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	17,2%	(0,2)	(0,2)	-14,8%
ICMS	-	(0,0)	-100,0%	-	(0,1)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,3)	(25,7)	2,3%	(52,4)	(52,0)	0,8%
Total Deduções	(71,4)	(67,6)	5,6%	(138,5)	(132,9)	4,2%
Receita operacional líquida	679,2	621,3	9,3%	1.334,7	1.219,2	9,5%

O aumento na linha da Receita de Transmissão de 10,1% entre o 2T26 e o 2T25 é explicado, principalmente, pelas (i) entradas em operação parciais de Tangará, Saíra (2ª fase) e Ananaí, além da entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços de São Pedro, TSN e ATE III, e (ii) reajuste inflacionário do ciclo RAP 2025-2026 em +7,03% para os contratos de categoria 2 (IGP-M) e +5,32% para os contratos de categoria 3 (IPCA). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo incremento pontual no 2T25 de receita de R\$ 17,6 MM referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024) do ciclo anterior, com impacto principalmente nas concessões de Novatrans, São Pedro, Munirah e TSN, além da redução nas cotas de CDE e Proinfa das concessões GTESA e ATE III.

A Parcela Variável (PV) apresentou um aumento de R\$ 7,6 MM na comparação entre os trimestres em função, principalmente, dos seguintes eventos de maior impacto: (i) ETEO: reversão de provisão no 2T25, referente ao desligamento intempestivo por queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré, ocorrida em setembro de 2021; (ii) Saíra: desligamento na conversora Garabi II para implantação das revitalizações previstas no Edital do Leilão ANEEL 02/2022, ocorrida em abril de 2026; e (iii) NTE: desligamento intempestivo na LT 500 kV Xingó / Angelim II, ocorrida em abril de 2026.

O aumento nas deduções da receita de 5,6% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, ao aumento do PIS/COFINS corrente em função do aumento na Receita de Transmissão.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 229,9 MM no 2T26, registrando um aumento de 14,0% quando comparado ao 2T25. Os custos de PMSO somaram R\$ 102,0 MM, registrando um aumento de 2,5%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 451,7 MM, 18,8% maior na comparação anual. No 6M25, os custos de PMSO somaram R\$ 195,4 MM, registrando um aumento de 4,0%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
Pessoal	(66,7)	(63,8)	4,5%	(134,0)	(126,0)	6,3%
Material	(1,9)	(2,3)	-16,1%	(3,2)	(3,4)	-6,1%
Serviço de terceiros	(31,6)	(25,8)	22,3%	(49,3)	(43,8)	12,7%
Outros	(1,8)	(7,6)	-76,2%	(8,9)	(14,6)	-39,3%
Total	(102,0)	(99,5)	2,5%	(195,4)	(187,8)	4,0%
Depreciação e amortização	(127,9)	(102,2)	25,2%	(256,3)	(192,5)	33,1%
Total	(229,9)	(201,7)	14,0%	(451,7)	(380,4)	18,8%

- **Pessoal:**

O aumento de 4,5% na comparação entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados, em função do acordo coletivo de 2025, em +5,3% (IPCA), e entrada em operação de Pitiguari, e parciais de Ananaí e Tangará, cujos impactos foram absorvidos pela reestruturação organizacional da Companhia.

- **Material:**

A redução de R\$ 0,4 MM na comparação entre os trimestres se deve por menores gastos com materiais para manutenção de equipamentos.

- **Serviços de terceiros:**

O aumento de R\$ 5,6 MM na comparação do 2T26 com o 2T25 se deve, principalmente, por (i) maiores despesas com licenças de softwares, em linha com o observado no 1T26, (ii) maiores gastos com consultorias estratégicas e administrativas, e (iii) aumento das despesas com limpeza de faixa, decorrente do alargamento de faixas nas linhas de transmissão da ATE II para gestão de PV, no montante de R\$ 1,3 MM.

- **Outros:**

A redução de R\$ 5,8 MM no 2T26 se deve, principalmente, por eventos não recorrentes no 2T25, menores provisões para contingências cíveis e trabalhistas, além da reversão de provisão ambiental registrada no trimestre (efeito de descasamento temporal).

O aumento de 25,2% na linha de depreciação e amortização na comparação entre os trimestres se deve, basicamente, à entrada em operação de novos ativos unitizados pela Companhia.

Resultados do 2º trimestre de 2026



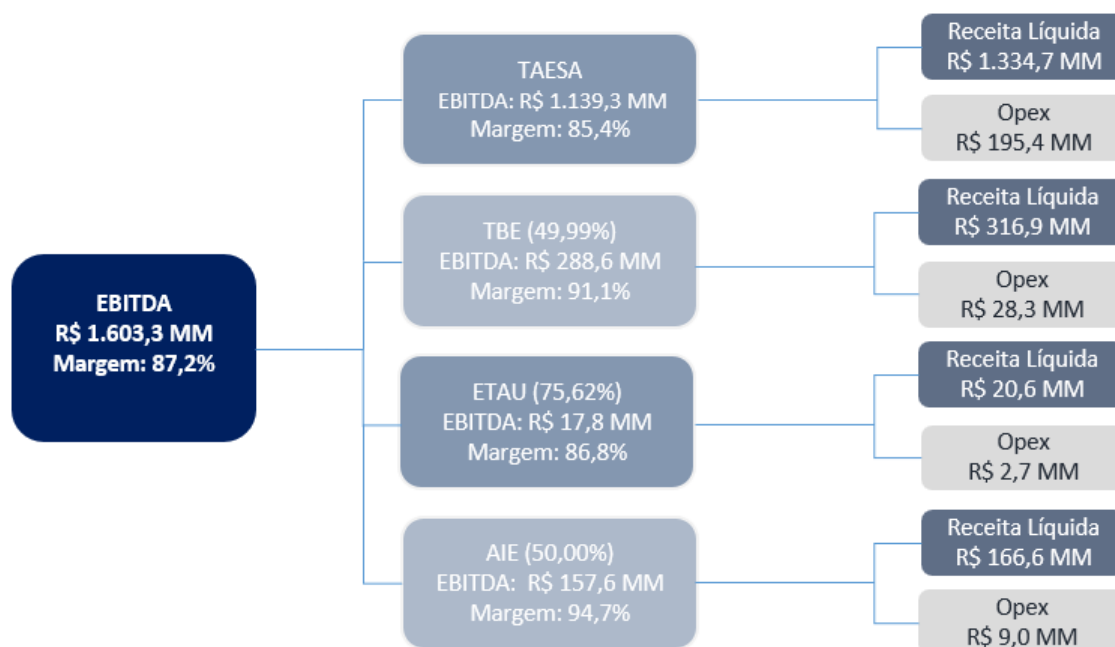
3.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA Regulatório do 2T26 atingiu R\$ 577,2 MM, 10,6% maior que o registrado no 2T25, e a margem EBITDA atingiu 85,0% (+1,0pp versus 2T25). O desempenho do EBITDA e margem EBITDA são explicados pelas (i) entradas em operação parciais de Tangará, Saíra (2ª fase) e Ananaí, além da entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços de São Pedro, TSN e ATE III, (ii) reajuste inflacionário do ciclo RAP, e (iii) crescimento dos custos e despesas operacionais abaixo da inflação.

EBITDA Regulatório (Consolidado)						
R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
Receita líquida	679,2	621,3	9,3%	1.334,7	1.219,2	9,5%
Custos e despesas	(102,0)	(99,5)	2,5%	(195,4)	(187,8)	4,0%
EBITDA	577,2	521,7	10,6%	1.139,3	1.031,4	10,5%
Margem EBITDA	85,0%	84,0%	1,0 pp	85,4%	84,6%	0,8 pp

3.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro semestre de 2026 considerando todas as concessões do grupo TAESA proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



Resultados do 2º trimestre de 2026



3.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T26 totalizou R\$ 90,8 MM, 14,1% menor que o registrado no 2T25. No primeiro semestre de 2026, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 181,3 MM, 11,3% menor que o registrado no 6M25.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
ETAU	7,4	7,0	6,1%	14,4	14,2	1,1%
TBE	78,8	78,6	0,2%	154,6	157,3	-1,7%
Aimorés	6,5	9,9	-34,9%	12,8	19,4	-34,1%
Paraguaçu	9,7	15,2	-35,8%	17,6	29,3	-39,9%
Ivaí	2,1	8,6	-75,9%	9,1	11,2	-18,8%
Resultado das Controladas	104,5	119,4	-12,5%	208,6	231,5	-9,9%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	90,8	105,7	-14,1%	181,3	204,2	-11,3%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T26 apresentou uma queda de 14,1% na comparação com o 2T25, explicada, principalmente, por maiores despesas financeiras decorrente do maior IPCA, impactando a variação monetária das dívidas da TBE e Ivaí, e das novas emissões de dívidas das empresas Aimorés e Paraguaçu ocorridas em 30 de junho de 2025. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo reajuste inflacionário do ciclo 2025-2026 (+7,03% IGP-M e +5,32% IPCA), energização de reforços na EATE e ETEP (TBE), além da melhora na linha de IR/CS diferido em Ivaí e Paraguaçu.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 366,5 MM no 2T26, 51,0% maior que o registrado no 2T25. No primeiro semestre de 2026, a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 674,8 MM, 15,0% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro Regulatório

R\$ MM	2T26	2T25*	Var.%	6M26	6M25*	Var.%
Receitas Financeiras	36,9	31,1	18,5%	71,1	52,9	34,5%
Renda de aplicação financeira	34,5	24,1	43,3%	66,0	44,3	49,0%
Outras receitas financeiras	2,3	7,0	-66,8%	5,1	8,6	-40,2%
Despesas Financeiras	(403,4)	(273,7)	47,3%	(745,9)	(639,8)	16,6%
Juros incorridos	(239,0)	(208,6)	14,5%	(472,8)	(428,5)	10,3%
Variações monetárias	(163,8)	(49,9)	228,4%	(277,1)	(186,4)	48,7%
Variações cambiais	(2,2)	0,6	n/a	1,2	(4,7)	n/a
Ajuste ao valor justo	(50,2)	(15,5)	n/a	(39,7)	(15,5)	n/a
Marcação a Mercado	50,2	-	0,0%	39,7	-	0,0%
Outras despesas financeiras	1,5	(0,3)	n/a	2,8	(4,6)	n/a
Total Regulatório	(366,5)	(242,7)	51,0%	(674,8)	(586,9)	15,0%

* O resultado financeiro do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

O aumento anual de R\$ 5,8 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função do maior volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados, além da melhora na rentabilidade ponderada das aplicações. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo menor volume de depósitos judiciais na linha de outras receitas financeiras.

O aumento de 14,5% entre 2T26 e 2T25 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao aumento do volume médio da dívida, compensados em parte pela redução do spread médio das dívidas em CDI em função do swap das 17ª e 18ª emissões de debêntures da Companhia e do *Exchange Offer* realizado em outubro de 2025.

O aumento de R\$ 113,9 MM na linha de variações monetárias entre 2T26 e 2T25 é explicado pelo aumento do IPCA (+1,99% no 2T26 versus +0,95% no 2T25) e do IGP-M (+3,07% no 2T26 versus -1,92% no 2T25) registrados entre os trimestres, além do maior volume médio da dívida em IPCA, motivado pela 18ª e 20ª emissão de debêntures da Companhia em julho e dezembro de 2025, respectivamente.

A queda de R\$ 2,8 MM entre o 2T26 e o 2T25 na linha de variação cambial se deve ao impacto positivo no 2T25 do financiamento 4131, liquidado em setembro de 2025, que foi compensado, em parte, pela menor exposição ao câmbio (menor saldo em aberto) e menor variação cambial dos NDFs (*Non-Deliverable Forward*) de Saíra (SEK – coroa sueca) e Juruá (USD – dólar) relativos à compra de equipamentos em moeda estrangeira, entre os períodos comparados.

O valor negativo de R\$ 50,2 MM na linha de Ajuste a Valor Justo do 2T26 é explicado pela marcação a mercado (MTM) da ponta ativa dos swaps da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia (IPCA) a partir de julho e outubro de 2025. Já o valor positivo de R\$ 50,2 MM na linha de Marcação a Mercado do 2T26 é explicado pelo MTM da 18ª e 17ª emissões de debêntures da Companhia, reconhecidos a partir de julho e outubro de 2025, respectivamente. Do montante total, R\$ 11,8 milhões referem-se à 1ª série da 18ª emissão, R\$ 13,2 milhões à 2ª série da 18ª emissão, e R\$ 25,2 milhões à 17ª emissão. O efeito líquido entre as linhas de MTM e Ajuste a Valor Justo é nulo como resultado do tratamento contábil do swap (designação do *hedge account* a valor justo).

A linha de outras despesas financeiras melhorou em R\$ 1,8 MM na comparação entre os trimestres explicada, principalmente, por atualizações sobre créditos tributários pela taxa Selic, compensado pelo aumento da variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.3.7. Impostos

A melhora de R\$ 26,7 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecida no resultado regulatório entre o 2T26 e o 2T25 decorre principalmente de: (i) redução de 38,6% do lucro antes dos impostos; e (ii) maior dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuídos. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo menor aproveitamento dos incentivos fiscais, em decorrência do prejuízo fiscal apurado na TAESA *holding*.

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	2T26	2T25*	Var.%	6M26	6M25*	Var.%
Lucro antes dos impostos (EBT)	173,6	282,7	-38,6%	389,4	456,2	-14,6%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(90,8)	(105,7)	-14,1%	(181,3)	(204,2)	-11,3%
Base excluindo EP	82,8	176,9	-53,2%	208,1	251,9	-17,4%
JCP distribuídos/recebidos	(192,6)	(188,3)	2,3%	(192,6)	(188,3)	2,3%
Lucro Tributável	(109,8)	(11,3)	867,7%	15,6	63,6	-75,6%
IRCS (alíquota 34%)	37,3	3,9	867,7%	(5,3)	(21,6)	-75,6%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	8,7	8,0	8,7%	14,4	16,4	-12,5%
Benefício SUDAM/SUDENE	(10,8)	0,8	-	7,1	14,7	-51,4%
Outros	(2,1)	(6,1)	-65,2%	(6,3)	11,8	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	33,2	6,5	409,3%	10,0	21,3	-53,2%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-40,1%	-3,7%	-36,4 pp	-4,8%	-8,5%	3,7 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EF	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-74,1%	-37,7%	-38,8%	-42,5%
JCP	-79,1%	-36,2%	-31,5%	-25,4%
Lucro Presumido	-10,5%	-4,5%	-6,9%	-6,5%
SUDAM/SUDENE	13,0%	-0,4%	-3,4%	-5,8%
Outros	2,6%	3,5%	3,0%	-4,7%
Alíquota Efetiva	-40,1%	-3,7%	-4,8%	-8,5%

* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro ²	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Juruá	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2035	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP ³	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

* Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (Receita de Transmissão) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação total do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.

(2) São Pedro passou a ser tributado pelo lucro real a partir de janeiro de 2026.

(3) A empresa ETEP está em processo de renovação do benefício fiscal SUDAM. O pleito foi protocolado em 07/07/2026.

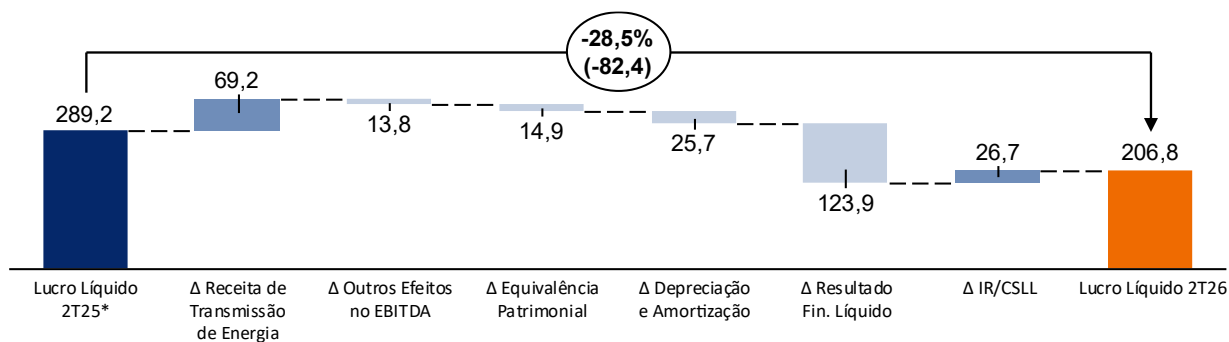
Resultados do 2º trimestre de 2026



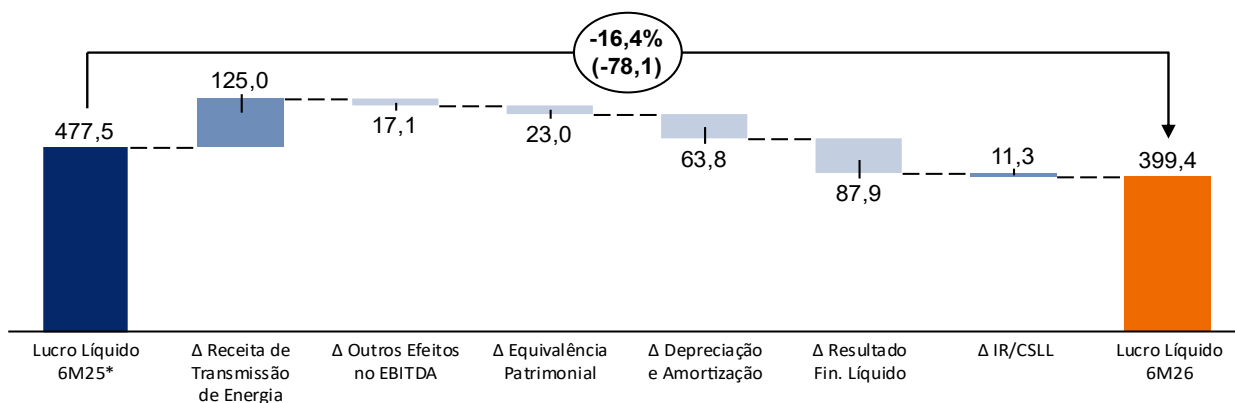
3.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 206,8 MM no 2T26, apresentando uma queda anual de 28,5%. No 6M26, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 399,4 MM, 16,4% menor que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 2T26:



Lucro Líquido Regulatório – 6M26:



* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2026, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2025, dos quais: (i) R\$ 11,3 MM para reserva de incentivo fiscal; (ii) R\$ 444,4 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 811,0 MM em proventos pagos ao longo de 2025 e início de 2026, sendo R\$ 258,1 MM em dividendos intercalares e R\$ 552,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 52,9 MM (R\$ 0,15 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes e R\$ 260,2 MM de dividendos adicionais (R\$ 0,76 / Unit), ambos a serem pagos em 27 de maio de 2026. Com isso, o montante total de proventos referente ao exercício social de 2025 será de R\$ 1.124,1 MM (R\$ 3,26 / Unit), representando um *payout* de 100% do lucro líquido regulatório.

Em 6 de maio de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 192,6 MM (R\$ 0,56 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2026. O pagamento ocorrerá em 26 de agosto de 2026, a partir da data base de 11 de maio de 2026.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado do 2T26, no montante de R\$ 206,8 MM (R\$ 0,60 / Unit), sendo R\$ 123,9 MM (R\$ 0,36 / Unit) a título de JCP e R\$ 82,9 MM (R\$ 0,24 / Unit) em dividendos intercalares. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no segundo trimestre de 2026. O pagamento ocorrerá no dia 26 de novembro de 2026, a partir da data base de 14 de agosto de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.5. Endividamento

No 2T26, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 11.009,0 MM, 7,1% menor que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 586,3 MM, registrando uma queda de 64,4% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 10.422,7 MM, 2,1% maior que o 1T26.

R\$ MM

Dívida Líquida	2T26	% Dív Bruta	1T26	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	203,3	1,8%	1.235,4	10,4%	-83,5%
Cesta de Moedas	(2,8)	0,0%	(3,5)	0,0%	-20,8%
CDI	105,1	1,0%	548,7	4,6%	-80,9%
IPCA	96,6	0,9%	690,5	5,8%	-86,0%
IGP-M	4,4	0,0%	(0,3)	0,0%	-1720,5%
Longo Prazo	10.805,8	98,2%	10.613,5	89,6%	1,8%
Cesta de Moedas	(2,8)	0,0%	(2,3)	0,0%	21,3%
CDI	3.147,2	28,6%	3.100,3	26,2%	1,5%
IPCA	7.333,5	66,6%	7.203,6	60,8%	1,8%
IGP-M	328,0	3,0%	312,0	2,8%	5,1%
Endividamento Total	11.009,0	100,0%	11.848,9	100,0%	-7,1%
(-) Caixa e Aplicações*	(586,3)		(1.644,7)		-64,4%
(=) Dívida Líquida	10.422,7		10.204,2		2,1%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

A redução de 64,4% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pelo pagamento de (i) R\$ 1.231,2 MM em juros e amortização referente a 6ª, 8ª, 10ª, 12ª e 19ª emissões de debêntures da TAESA e a 2ª emissão de debêntures de Janaúba, (ii) R\$ 216,6 MM em Capex no trimestre, e (iii) R\$ 313,1 MM em proventos pagos em maio de 2026. Estes efeitos foram compensados, em parte, pela geração de caixa e recebimentos de dividendos das participadas.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 13.809,5 MM e o caixa de R\$ 807,1 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.294,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 162,5 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 9,9 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.505,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 48,4 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,2x no 2T26, estável em relação ao valor registrado no 1T26 (4,2x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	11.009,0	586,3	10.422,7
ETAU (75,6%)	0,0	9,9	-9,9
TBE (49,99%)	1.294,5	162,5	1.132,0
AIE (50%)	1.505,9	48,4	1.457,6
TOTAL	13.809,5	807,1	13.002,4

Resultados do 2º trimestre de 2026



A dívida da TAESA, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, de forma proporcional à participação da TAESA em cada emissora da dívida.

Empresa	Credor	Série	Índice	Valor da Emissão	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Emissão	Vencimento	Amortização	Cupons por Ano
	6ª Debêntures	2ª série	IPCA	210.000	291.410	2.003	6th Debentures	AAA.br	mai/2019	mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	Única	IPCA	508.960	884.757	11.423	IPCA + 4,50%	AAA.br	out/2019	set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	Única	IPCA	300.000	371.859	780	IPCA + 4,7742%	AAA.br	jan/2020	dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	1ª série	CDI	650.000	348.669	6.582	CDI + 1,70%	AAA(bra)	mai/2021	mai/2028	Bullet	2
		2ª série	IPCA	100.000	131.487	770	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	mai/2021	mai/2036	13º, 14º e 15º ano	2
	11ª Debêntures	2ª série	CDI	650.000	216.617	14.947	CDI + 1,36%	AAA(bra)	jan/2022	jan/2027	3º, 4º e 5º ano	2
		1ª série	IPCA	630.783	749.009	8.415	IPCA + 5,60%	AAA.br	abr/2022	abr/2029	Bullet	2
	12ª Debêntures	2ª série	IPCA	300.410	351.534	4.113	IPCA + 5,75%	AAA.br	abr/2022	abr/2032	8º, 9º e 10º ano	2
		3ª série	IPCA	318.807	373.668	4.439	IPCA + 5,85%	AAA.br	abr/2022	abr/2037	13º, 14º e 15º ano	2
	14ª Debêntures	1ª série	IPCA	327.835	365.318	6.174	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	set/2023	set/2033	Bullet	2
		2ª série	IPCA	86.261	88.645	1.676	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	set/2023	set/2035	Bullet	2
		3ª série	IPCA	385.904	431.824	7.748	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	set/2023	set/2038	13º, 14º e 15º ano	2
	15ª Debêntures	1ª série	CDI	1.000.000	994.453	41.286	CDI + 0,63%	AAA(bra)	mar/2024	mar/2029	Bullet	2
		2ª série	IGP-M	300.000	326.904	5.439	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	mar/2024	mar/2034	8º, 9º e 10º ano	2
	16ª Debêntures	Única	CDI	400.000	399.133	16.420	CDI + 0,55%	AAA(bra)	set/2024	set/2031	6º e 7º ano	2
	17ª Debêntures	Única	IPCA	650.000	674.608	53.986	IPCA + 7,1690%	AAA.br	jan/2025	jan/2040	13º, 14º e 15º ano	2
	18ª Debêntures	1ª série	IPCA	400.00	409.274	14.730	IPCA + 7,1499%	AAA.br	jul/2025	jul/2032	6º e 7º ano	2
		2ª série	IPCA	400.00	409.274	12.195	IPCA + 7,0564%	AAA.br	jul/2025	jul/2035	8º, 9º e 10º ano	2
	19ª Debêntures	Única	CDI	329.545	321.025	8.551	CDI + 0,60%	AAA.br	out/2025	out/2032	6º e 7º ano	2
	20ª Debêntures	Única	IPCA	600.000	597.266	20.474	IPCA + 6,4712%	AAA.br	dez/2025	dez/2040	12º, 13º, 14º e 15º ano	1
	21ª Debêntures	1ª série	CDI	400.000	398.926	14.492	CDI + 0,51%	AAA(bra)	mar/2026	mar/2033	6º e 7º ano	2
		2ª série	CDI	400.000	398.926	14.638	CDI + 0,65%	AAA(bra)	mar/2026	mar/2036	8º, 9º e 10º ano	2
SWAP 17ª Emissão	Única	CDI	650.000	0	20.734	CDI - 0,84%	-	out/2025	jan/2040	13º, 14º e 15º ano	2	
SWAP 18ª Emissão	1ª série	CDI	400.00	0	17.256	CDI - 0,7306%	-	jul/2025	jul/2032	6º e 7º ano	2	
SWAP 18ª Emissão	2ª série	CDI	400.00	0	19.561	CDI - 0,7862%	-	jul/2025	jul/2035	8º, 9º e 10º ano	2	
Non-Deliverable Foward (NDF)	Única	-	-	142.619	-5.622	0	-	-	Jul/2023	out/2026	Bullet	-
Janaúba	1ª Debêntures	Única	IPCA	224.000	228.146	4.578	IPCA + 4,5%	-	fev/2019	jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	Única	IPCA	575.000	874.784	1.848	IPCA + 4,8295%	-	dez/2019	dez/2044	Semestral	2
Lagoa Nova	Financiamento BNB	Única	IPCA	62.750	40.053	1.826	IPCA + 2,109%	-	nov/2018	mai/2038	Mensal	12
EATE	11ª Debêntures	Única	CDI	310.000	154.695	1.481	CDI + 1,65%	-	dez/2023	dez/2028	3º, 4º e 5º ano	1
	12ª Debêntures	Única	CDI	255.000	127.127	5.828	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4º e 5º ano	2
	13ª Debêntures	1ª série	CDI	87.000	43.389	241	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	3º, 4º e 5º ano	2
		2ª série	IPCA	87.000	123.224	6.431	IPCA + 7,4512%	-	jun/2025	jun/2030	4º e 5º ano	2
EBTE	14ª Debêntures	Única	CDI	150.000	74.809	1.585	CDI + 0,47%	-	nov/2025	mai/2030	4º e 5º ano	2
	4ª Debêntures	Única	CDI	83.000	61.644	343	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	4º e 5º ano	2
	5ª Debêntures	Única	CDI	45.000	33.414	705	CDI + 0,39%	-	nov/2025	nov/2030	1º, 2º, 3º e 5º ano	2
EDTE	2ª Debêntures	Única	IPCA	50.000	107.490	54.826	IPCA + 5,29%	-	dez/2018	dez/2028	Semestral	2
ECTE	8ª Debêntures	Única	CDI	194.580	31.115	283	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	Trimestral	4
	9ª Debêntures	Única	CDI	50.000	9.038	50	CDI + 0,67%	-	jun/2025	jun/2030	1º, 2º, 3º e 5º ano	2
	10ª Debêntures	Única	CDI	60.000	11.421	242	CDI + 0,47%	-	nov/2025	mai/2030	2º, 4º e 5º ano	2
ENTE	6ª Debêntures	Única	CDI	30.000	24.939	239	CDI + 1,65%	-	dez/2023	dez/2028	3º, 4º e 5º ano	1
	7ª Debêntures	Única	CDI	50.000	23.402	988	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4º e 5º ano	2
	8ª Debêntures	Única	CDI	30.000	14.928	317	CDI + 0,47%	-	nov/2025	nov/2030	4º e 5º ano	2
ETEP	6ª Debêntures	Única	CDI	35.000	48.833	2.240	CDI + 0,89%	-	set/2024	set/2029	4º e 5º ano	2
	7ª Debêntures	Única	CDI	35.000	13.091	272	CDI + 0,18%	-	nov/2025	mai/2027	1º, 2º ano	2
ESTE	1ª Debêntures	Única	IPCA	254.363	313.885	1.154	IPCA + 4,5%	-	dez/2019	dez/2044	Semestral	2
TRANSIRAPÉ	BDMG	Única	pré-fix	1.824	758	86	TJLP + 3,5%	-	out/2014	out/2029	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	Única	IPCA	2.364.612	1.154.918	0	IPCA + 4,9982%	-	dez/2019	dez/2043	Semestral	2
AIMORÉS	1ª Debêntures	1ª série	CDI	201.000	100.294	607	CDI + 0,50%	-	jun/2025	jun/2030	Bullet	2
		2ª série	CDI	49.000	24.294	149	CDI + 0,59%	-	jun/2025	jun/2032	6º e 7º ano	2
PARAGUAÇU	1ª Debêntures	1ª série	CDI	364.000	181.649	1.099	CDI + 0,50%	-	jun/2025	jun/2030	Bullet	2
		2ª série	CDI	86.000	42.649	261	CDI + 0,59%	-	jun/2025	jun/2032	6º e 7º ano	2
Total					13.392.954	416.510						

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.6. Empreendimentos em Implantação

Projetos *Greenfield*

Em 30 junho de 2026, a Companhia possuía quatro projetos *greenfield* em implantação com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 490,7 MM (ciclo RAP 2025-2026) – uma parte dessa RAP já em operação para Ananaí, Tangará e Saíra no valor total de R\$ 290,3 MM.

Leilão	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2026-27) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Data da Autorização	Prazo de Conclusão ANEEL	Status (% de RAP habilitada em 30/06/26)
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% TAESA	24,5	243	set/22	mar/27	Energizado - 80% em jun/25 - 20% em dez/24
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananaí (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	173,3	1.750	mar/22	mar/27	Energização parcial - 26% em mai/26
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% TAESA	113,5	1.117	mar/23	mar/28	Energização parcial - 32,5% em mar/26 - 21,3% em abr/26 - 21,8% em mai/26
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% TAESA	200,8	1.176	mar/23	mar/28	Energização parcial ~86% entre mar/23 - abr/26
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá (Lote 3)	1,2 km / São Paulo	100% TAESA	20,5	244	dez/24	jun/28	Em andamento

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Reforços e Melhorias

A Companhia possui atualmente reforços em construção com destaque para cinco reforços que totalizam um investimento ANEEL de R\$ 348,8 MM e uma RAP autorizada de R\$ 66,1 MM (tabela abaixo).

Reforços	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2026-27) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Data da Autorização	Prazo de Conclusão ANEEL	Status (% de RAP habilitada em 30/06/26)
REA nº 12.850/2022 REA nº 12.823/2022	Novatrans	1.278 km / Maranhão, Tocantins e Goiás	100% TAESA	11,0 28,6	73,3 189,3	out/22	abr/25 mai/25	Energizado (dez/24) Energizado ~35% em nov/24 ~65% em fev/25
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% TAESA	10,9	71	jul/22	jan/25	Energizado (set/25)
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024 Despacho nº 420/2026	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% TAESA	7,1 5,8 6,1	40,9 34,6 37,6	abr/2023 mar/2024 fev/2026	nov/2025 set/2026 dez/2028	Energizado (nov-dez/25) Em andamento Nova autorização
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% TAESA	7,0	42	mar/24	mar/26	Energizado (mar/26)
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	19,0	81	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.573/2024	EATE	927km / Pará e Maranhão	49,98% TAESA	24,5	137	out/24	dez/27	Em andamento
REA nº 15.573/2024	ENTE	459 km / Pará e Maranhão	49,99% TAESA	10,6	59	out/24	jun/29	Em andamento

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Em 2025, a TAESA cadastrou uma série de reforços e melhorias no Sistema de Gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços (SGPMR) que resultou na inclusão pelo ONS de 48 reforços no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) e de 25 melhorias no Plano de Modernização de Instalações (PMI). Esses empreendimentos foram autorizados pela ANEEL em janeiro de 2026, por meio do Despacho nº 200, totalizando um CAPEX estimado de R\$ 184,5 MM e R\$ 8,9 MM para reforços e melhorias, respectivamente, com prazo de execução de 36 meses.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.6.1. Investimentos

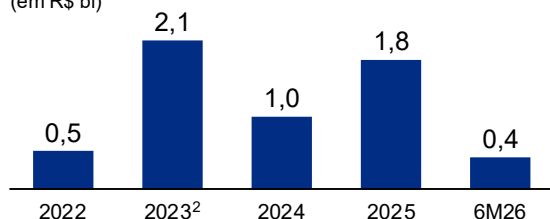
No 6M26, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 445,3 MM contra R\$ 747,8 MM investidos no 6M25, referentes aos empreendimentos em implantação. A redução de R\$ 302,5 MM (-40,5%) entre os períodos comparados se deve, principalmente, aos menores investimentos nos empreendimentos Tangará e Saíra (2ª fase) devido as suas energizações parciais ocorridas entre março e maio deste ano, à entrada em operação de Pitiguari e do reforço de TSN. Estes efeitos foram compensados por maiores investimentos em Ananai, Juruá e nos reforços ATE, ATE III e São Pedro.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

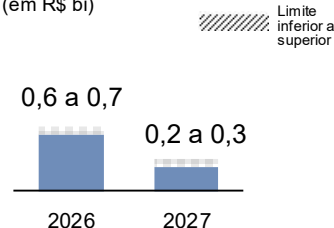
R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)											6M26	TOTAL
	2015-2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
Mariana	25,9	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	-	-	176,5
Miracema	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	-	-	974,2
Aimorés	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	-	-	208,6
Paraguaçu	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	-	-	363,4
Ivaí	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	-	-	1.174,5
ESTE	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	-	-	303,4
EDTE	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	-	-	694,2
Ananai	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	651,8	224,3	-	1.868,8
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	147,5	55,8	0,8	-	235,5
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	626,4	92,5	-	1.018,3
Saíra ¹	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	251,0	5,5	-	1.243,9
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	12,6	-	13,4
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	18,5	1,8	-	236,7
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	22,0	0,3	-	107,8
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	62,1	24,4	-	94,5
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	57,4	72,1	-	145,2
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	37,1	11,7	-	54,3
Total	27,1	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	999,6	1.782,8	445,3	-	9.373,6

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

CAPEX realizado
(em R\$ bi)



Projetos contratados
(em R\$ bi)



Resultados do 2º trimestre de 2026



3.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananaí: cerca de 10 meses
- Tangará: cerca de 20 a 25 meses
- Saíra (2ª fase): cerca de 20 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Pitiguari, Ananaí, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%

Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.6.3. Status dos Projetos

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.
- Entrada em operação parcial - energização da LT 525 kV Bateias - Curitiba Leste C1 e C2 em maio de 2026.
- Avanço físico: 99,2% em 30 de junho de 2026.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024, representando 20% da RAP do empreendimento.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Videira C1 em junho de 2025. Com esta liberação, Pitiguari passa a receber 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em junho de 2025.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Entrada em operação parcial – energização da SE Santa Luzia III (pátios de 500, 230 e 138 kV) e seccionamento da LT Açailândia – Miranda II C1 de 500 kV entre fevereiro e março de 2026.
- Entrada em operação parcial – energização da SE Açailândia em abril de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



- Entrada em operação parcial - energização da SE Dom Eliseu II, LT Açailândia - Dom Eliseu II e complemento da SE Açailândia em maio de 2026.
- Avanço físico: 99,8% em 30 de junho de 2026.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Entrada em operação parcial – Conversora Garabi I em abril de 2026.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 98,3% em 30 de junho de 2026.

Juruá

- Constituição da empresa Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. para construir e operar o Lote 3 do Leilão 02/2024.
- Assinatura do contrato de concessão em 9 de dezembro de 2024.
- Avanço físico: 16,3% em 30 de junho de 2026.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em novembro de 2024
- Emissão do Termo de Liberação referente ao banco de capacitor da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.850/2022 em dezembro de 2024
- Emissão Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em fevereiro de 2025.
- Entrada em operação comercial total em fevereiro de 2025.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Emissão do Termo de Liberação em setembro de 2025, representando 100% da RAP do empreendimento.
- Entrada em operação comercial em setembro de 2025.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.

Resultados do 2º trimestre de 2026



- Entrada em operação comercial do projeto da REA nº 15.027/2024 em novembro de 2025.
- Avanço físico (Despacho nº 677/2024): 86,0% em 30 de junho de 2026.
- Nova obtenção do Despacho ANEEL nº 420/2026, em fevereiro de 2026, para implantar reforço relativo à instalação do 4º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 99,1% em 30 de junho de 2026.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.
- Entrada em operação comercial em março de 2026.

Reforços EATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão EATE referente a substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC2 MA) e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar Açailândia BC3 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC3 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 89,3% em 30 de junho de 2026.

Reforços ENTE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão ENTE referente a substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar P. Dutra BC3 MA) em SE6Presidente Dutra, substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC4 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC4 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 43,9% em 30 de junho de 2026.

Reforços Ivaí

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 16.602/2026, de 27 de janeiro de 2026 para implantar reforço na concessão Ivaí referente a instalação do 3º Autotransformador 525/230 kV, 3x224 MVA em SE Sarandi.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.7. Resultado Societário (IFRS)

3.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 2T26 foi de R\$ 1.067,6 MM, 15,4% menor que o 2T25, impulsionada principalmente por: (i) menores investimentos em Tangará, Saíra (2ª fase), Ananai e da entrada em operação de Pitiguari; (ii) maior parcela variável; e (iii) reconhecimento pontual de receita no 2T25 após o processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do ciclo anterior. Estes efeitos foram parcialmente compensados por maior receita de correção monetária em função do maior IGP-M e IPCA no período.

A Receita Líquida IFRS do 6M26 foi de R\$ 2.105,0 MM, 6,2% menor que o registrado no 6M25.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2026 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
mar/26	0,52%	0,88%	mar/25	-0,34%	0,56%
abr/26	2,73%	0,67%	abr/25	0,24%	0,43%
mai/26	0,84%	0,58%	mai/25	-0,49%	0,26%
Acumulado 2T26	4,13%	2,14%	Acumulado 2T25	-0,59%	1,25%
Acumulado 6M26	3,78%	3,54%	Acumulado 6M25	1,68%	3,28%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
Operação e manutenção	288,7	268,4	7,6%	576,1	536,7	7,3%
Remuneração do ativo contratual de concessão	307,7	296,3	3,8%	602,1	588,2	2,4%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	337,7	93,0	263,2%	429,8	324,5	32,4%
Implementação de infraestrutura	211,9	674,8	-68,6%	656,4	942,8	-30,4%
Total Receitas IFRS	1.146,0	1.332,5	-14,0%	2.264,3	2.392,1	-5,3%
Parcela variável	(7,8)	(0,2)	3427,5%	(10,8)	(7,0)	55,2%
Outras receitas operacionais	22,1	23,6	-6,3%	29,8	37,2	-19,9%
Receita operacional bruta	1.160,3	1.355,9	-14,4%	2.283,3	2.422,4	-5,7%
PIS e COFINS	(66,3)	(68,2)	-2,9%	(125,7)	(125,4)	0,3%
ISS	(0,1)	(0,1)	16,6%	(0,2)	(0,2)	-15,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	-96,0%	(0,0)	(0,1)	-98,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,3)	(25,7)	2,4%	(52,4)	(51,9)	0,9%
Deduções da receita operacional bruta	(92,7)	(94,0)	-1,4%	(178,3)	(177,7)	0,4%
Receita operacional líquida	1.067,6	1.261,8	-15,4%	2.105,0	2.244,7	-6,2%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 7,6% da receita de O&M se deve, principalmente, ao reajuste de 5,32% (IPCA) do ciclo 2025-2026 para as concessões de categoria 3 e de +7,03% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2, além da entrada em operação de Pitiguari e parcial de Tangará.
- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 3,8% entre os trimestres se deve principalmente à entrada em operação de Pitiguari e parcial de Tangará e ao efeito da correção monetária sobre o

Resultados do 2º trimestre de 2026



ativo de contrato indexados ao IPCA, compensados parcialmente pela queda natural do ativo e efeito deflacionário dos contratos indexados ao IGP-M no 2T25.

- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou um aumento na comparação anual de R\$ 244,7 MM em função dos maiores IGP-M (+4,13%% no 2T26 vs. -0,59% no 2T25) e IPCA (+2,14% no 2T26 vs. +1,25% no 2T25), além da entrada em operação de Pitiguari e parcial de Tangará.
- **Implementação de infraestrutura:** A redução de R\$ 462,9 MM na receita de implementação reflete, principalmente, os menores investimentos realizados em Tangará, Saíra (2ª fase) e Ananaí, decorrente do avanço dos projetos às fases finais e das entregas parciais já realizadas, além da entrada em operação total de Pitiguari em junho de 2025.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 3.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** A redução de 6,3% se deve, principalmente, ao reconhecimento pontual de receita no 2T25 após o processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do ciclo anterior, com impacto especialmente nas concessões Novatrans, São Pedro, Munirah e TSN, além da contabilização das receitas parciais referentes às entradas parciais de Saíra (2ª fase), Ananaí e Tangará.
- **Deduções da receita bruta:** A redução de 1,4% na comparação entre 2T26 e 2T25 se deve, principalmente, a redução do PIS/COFINS diferidos, efeito parcialmente compensado pelo aumento da receita de correção monetária.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 263,3 MM no 2T26, 56,7% menor quando comparado ao 2T25.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 694,4 MM, 30,1% menor quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
Pessoal	(66,7)	(63,8)	4,5%	(134,0)	(126,0)	6,3%
Material	(148,0)	(501,2)	-70,5%	(466,1)	(792,1)	-41,2%
<i>Custo de O&M</i>	(12,2)	(18,1)	-32,8%	(16,8)	(39,3)	-57,1%
<i>Custo de infra</i>	(133,9)	(480,8)	-72,2%	(446,1)	(749,4)	-40,5%
<i>Outros materiais</i>	(1,9)	(2,3)	-16,1%	(3,2)	(3,4)	-6,1%
Serviço de terceiros	(31,6)	(25,8)	22,3%	(49,3)	(43,8)	12,7%
Outros	(1,7)	(7,6)	-77,6%	(6,6)	(14,3)	-53,8%
Total	(248,0)	(598,5)	-58,6%	(656,1)	(976,2)	-32,8%
Depreciação e amortização	(15,3)	(9,5)	60,3%	(38,3)	(17,4)	119,7%
Total	(263,3)	(608,0)	-56,7%	(694,4)	(993,6)	-30,1%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Material:**
 - Custo de O&M: A redução de R\$ 5,9 MM foi influenciada, principalmente, por menores custos de O&M em Novatrans, compensados parcialmente por maiores investimentos de O&M em Saíra (2ª fase), Janaúba e Sant'Ana.
 - Custo de Implementação: A redução de R\$ 346,9 MM na comparação entre 2T26 e 2T25 se deve, principalmente, por menores investimentos em Tangará (-R\$ 220,8 MM), revitalização de Saíra (-R\$ 56,3 MM), Ananaí (-R\$ 35,5 MM) decorrente do avanço dos projetos às fases finais e das entregas parciais já realizadas, além da entrada em operação total de Pitiguari (-R\$ 26,2 MM) e reforço da TSN (-R\$ 12,8 MM) em junho e setembro de 2025, respectivamente.
 - Outros materiais: Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Outros:** A redução de R\$ 5,9 MM no 2T26 se deve principalmente, por eventos não recorrentes no 2T25, menores provisões para contingências cíveis e trabalhistas, além da reversão de provisão ambiental registrada no trimestre (efeito de descasamento temporal).
- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 5,8 MM entre os trimestres refere-se, basicamente, à entrada em operação de novos ativos unitizados pela Companhia.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T26 totalizou R\$ 192,8 MM, 62,2% maior que o 2T25. Já no primeiro semestre de 2026, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 303,0 MM, 4,9% maior quando comparado ao mesmo período de 2025.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	2T26	2T25	Var.%	6M26	6M25	Var.%
ETAU	9,7	4,4	119,3%	15,2	12,4	22,5%
TBE	122,7	55,1	122,8%	177,3	152,4	16,3%
Aimorés	12,8	13,8	-6,9%	23,1	29,1	-20,6%
Paraguaçu	20,1	21,3	-5,2%	34,2	44,7	-23,5%
Ivaí	27,4	24,3	12,6%	53,2	50,3	5,8%
Total Equivalência Patrimonial	192,8	118,9	62,2%	303,0	289,0	4,9%

O aumento de R\$ 73,9 MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T26 e o 2T25, se deve principalmente ao: (i) crescimento da receita de correção monetária, em função do reajuste positivo do IGP-M e IPCA no período, com impacto mais relevante na TBE, Ivaí e ETAU; e (ii) expansão da margem de construção dos reforços na EATE e ENTE (TBE). Esses efeitos foram parcialmente compensados por: (i) maiores despesas financeiras decorrente do maior IPCA, impactando a variação monetária em TBE e Ivaí; (ii) novas emissões de dívidas das empresas Aimorés e Paraguaçu ao longo de 2025; e (iii) aumento do IR/CS diferido.

3.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 366,5 MM no 2T26, 51,0% maior que o registrado no 2T25.

No primeiro semestre de 2026, a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 674,9 MM, apresentando um aumento de 15,0% contra o 6M25.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	2T26	2T25*	Var.%	6M26	6M25*	Var.%
Receitas Financeiras	36,9	31,1	18,5%	71,1	52,9	34,5%
Renda de aplicação financeira	34,5	24,1	43,3%	66,0	44,3	49,0%
Outras receitas financeiras	2,3	7,0	-66,8%	5,1	8,6	-40,2%
Despesas Financeiras	(403,4)	(273,8)	47,4%	(746,0)	(639,8)	16,6%
Juros incorridos	(239,0)	(208,6)	14,5%	(472,8)	(428,5)	10,3%
Variações monetárias	(163,8)	(49,9)	228,4%	(277,1)	(186,4)	48,7%
Variações Cambiais	(2,2)	0,6	n/a	1,2	(4,7)	n/a
Ajuste ao valor justo	(50,2)	(15,5)	n/a	(39,7)	(15,5)	n/a
Marcação a Mercado	50,2	-	0,0%	39,7	-	0,0%
Arrendamento	(0,0)	(0,0)	-66,7%	(0,0)	(0,1)	-67,2%
Outras despesas financeiras	1,5	(0,3)	n/a	2,8	(4,6)	n/a
Total IFRS	(366,5)	(242,7)	51,0%	(674,9)	(587,0)	15,0%

* O resultado financeiro do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 3.3.6.

Resultados do 2º trimestre de 2026



3.7.5. Impostos

O aumento de R\$ 33,2 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecido no resultado IFRS entre o 2T26 e 2T25 é explicado, principalmente, pela (i) mudança do regime tributário da São Pedro para lucro real impactando a linha de benefício do lucro presumido, (ii) menor aproveitamento do benefício do lucro presumido em Tangará em função da sua entrada em operação, e (iii) reversão dos incentivos fiscais de SUDAM/SUDENE, em decorrência do prejuízo fiscal apurado na TAESA *holding*.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	2T26	2T25*	Var.%	6M26	6M25*	Var.%
Lucro antes dos impostos (EBT)	630,6	530,0	19,0%	1.038,8	953,1	9,0%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(192,8)	(118,9)	62,2%	(303,0)	(289,0)	4,9%
Base excluindo EP	437,9	411,1	6,5%	735,8	664,1	10,8%
JCP distribuídos/recebidos	(192,6)	(188,3)	2,3%	(192,6)	(188,3)	2,3%
Lucro Tributável	245,3	222,9	10,1%	543,2	475,8	14,2%
IRCS (aliquota 34%)	(83,4)	(75,8)	10,1%	(184,7)	(161,8)	14,2%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	32,8	51,0	-35,7%	61,6	47,2	30,4%
Benefício SUDAM/SUDENE	(10,8)	0,8	-	7,1	14,7	-51,4%
Outros	(2,1)	(6,2)	-65,8%	(2,0)	11,8	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(63,5)	(30,2)	110,0%	(118,0)	(88,2)	33,9%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	14,5%	7,4%	7,1 pp	16,0%	13,3%	2,8 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EF	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-19,5%	-26,6%	-18,0%	-20,7%
JCP	-15,0%	-15,6%	-8,9%	-9,6%
Lucro Presumido	-7,5%	-12,4%	-8,4%	-7,1%
SUDAM/SUDENE	2,5%	-0,2%	-1,0%	-2,2%
Outros	0,5%	1,5%	0,3%	-1,8%
Alíquota Efetiva	14,5%	7,4%	16,0%	13,3%

* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

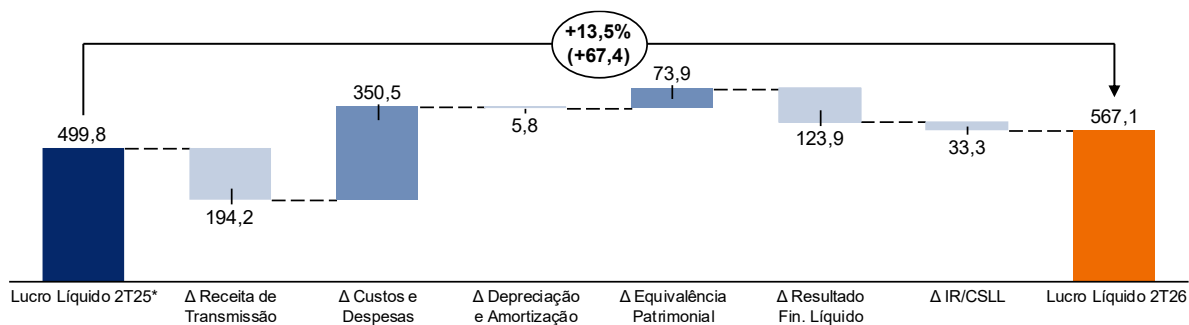
Resultados do 2º trimestre de 2026



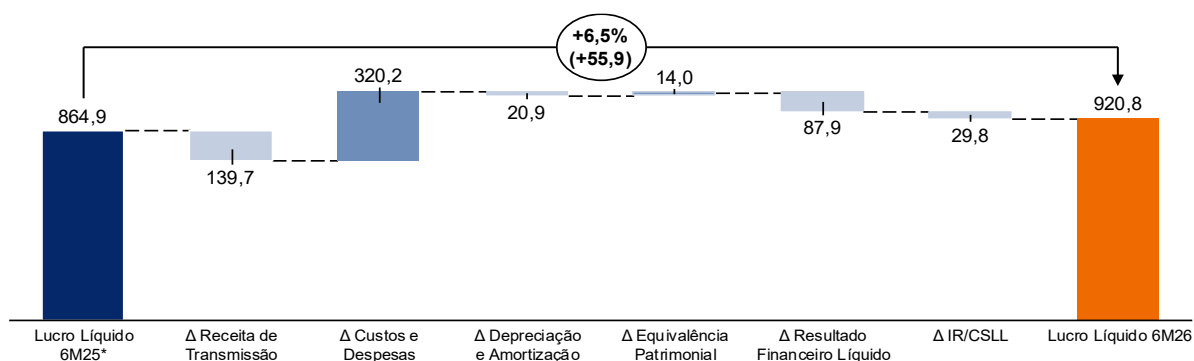
3.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 567,1 MM no 2T26, apresentando um aumento anual de 13,5%. No 6M26, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 920,8 MM, 6,5% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido IFRS – 2T26:



Lucro Líquido IFRS – 6M26:



* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumpre esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos.

Vale destacar que as tratativas para a regulamentação deste tema foram iniciadas por meio da Tomada de Subsídios 008/2024 que trata do processo de renovação/relicitação das concessões vincendas nos próximos anos. Com a conclusão das fases na Tomada de Subsídios relativas à regulamentação técnica e metodologia da indenização, a ANEEL abriu a Consulta Pública 043/2025, encerrada em 10/03/2026, para tratar das definições do modelo contratual aplicável às concessões vincendas e, sobretudo, o tratamento regulatório das indenizações de ativos ao término das outorgas

De acordo com a ANEEL, haverá ainda uma nova etapa do processo, destinada à regulamentação técnica e à metodologia de indenização, com base na minuta de Resolução Normativa a ser publicada. A conclusão do processo está prevista para o segundo semestre de 2026.

As concessões da TAESA possuem em torno de R\$ 3,6 bilhões de valor residual, sendo R\$ 2,6 bilhões na TAESA Consolidado e aproximadamente R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais à participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, (iii) não consideram nenhuma correção pela inflação por serem valores históricos, e (iv) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

Segue a abertura do valor residual histórico, conforme premissas acima, por ano de vencimento:

Ano Vencimento	Valor Residual (R\$ bi)	% Reforços & Melhorias
2030-2032	1,3	~37%
2034-2036	0,6	~17%
2038-2039	0,2	~11%
2042-2043	0,2	~11%
2046-2049	1,3	~1%
Total	3,6	~18%

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM									
Concessão	Taxa Anual	Ativo Contratual 1T26	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	2T26
NOVATRANS	10%	1.469,1	47,2	44,7	0,7	51,5	0,1	(135,9)	1.477,5
TSN	10%	792,7	18,3	19,6	0,3	97,3	(0,3)	(130,4)	797,5
MUNIRAH	11%	62,8	1,5	2,0	0,0	6,5	0,0	(8,8)	64,0
GTESA	11%	24,9	0,7	0,9	0,0	1,0	1,7	(4,0)	25,2
PATESA	8%	108,3	2,0	3,6	0,0	2,7	(0,0)	(7,1)	109,4
ETEO	10%	306,5	7,6	11,0	0,0	19,5	0,0	(40,8)	303,9
NTE	15%	344,5	12,0	12,1	0,0	15,9	(0,0)	(35,6)	349,0
STE	10%	285,5	7,1	10,3	0,0	6,3	(0,0)	(19,8)	289,5
ATE	9%	711,2	12,6	19,6	7,3	12,2	(0,0)	(34,5)	728,5
ATE II	8%	764,6	15,3	26,6	0,1	27,4	(0,0)	(54,0)	780,1
ATE III ¹³	7%	507,7	7,8	8,0	11,5	13,8	1,6	(28,1)	522,3
ETAU ³	18%	91,7	1,7	4,0	-	3,9	2,3	(11,2)	92,4
BRASNORTE ³	6%	252,8	6,8	5,1	-	0,9	0,9	(10,6)	255,9
SÃO GOTARDO ¹	5%	76,0	1,0	1,6	-	0,3	(0,0)	(2,0)	76,9
SÃO JOÃO ¹³	5%	695,4	10,6	14,0	-	2,6	-	(17,6)	704,9
SÃO PEDRO ¹³	7%	890,3	14,0	17,4	34,5	2,3	2,5	(24,0)	937,1
LAGOA NOVA ¹³	9%	152,1	3,4	3,2	-	0,6	0,0	(4,4)	154,9
MARIANA ¹³	6%	282,6	4,0	5,7	-	0,5	-	(6,0)	286,9
MIRACEMA ¹³	9%	722,5	17,0	15,9	0,0	5,4	0,8	(34,0)	727,6
JANAÚBA ¹³	10%	2.510,4	58,9	52,8	-	7,0	-	(73,3)	2.555,9
SANT'ANA ¹³	9%	847,3	19,2	17,8	-	2,1	(0,3)	(22,97)	863,1
ANANAÍ ²	7%	2.309,8	-	-	108,3	-	4,4	(4,44)	2.418,1
PITIGUARI ²	5%	307,7	3,6	6,5	-	0,9	-	(5,9)	312,9
SAÍRA ²	9%	1.449,8	25,1	21,7	5,7	10,3	6,8	(41,2)	1.478,1
TANGARÁ ²	5%	1.378,4	11,9	17,7	39,4	1,3	3,6	(20,8)	1.431,3
JURUA ²	6%	12,3	-	-	4,0	-	-	-	16,3
AIMORÉS ¹³⁴	8%	551,9	10,5	18,7	-	2,3	0,0	(15,0)	568,4
PARAGUAÇU ¹³⁴	8%	866,0	16,3	18,2	-	2,7	0,0	(22,4)	880,8
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.226,5	40,8	43,4	0,0	6,5	-	(54,9)	2.262,3
EATE ³	7%	828,1	12,0	28,7	51,2	8,8	0,8	(51,3)	878,3
EBTE ¹	4%	419,4	4,8	8,2	-	3,7	2,5	(16,0)	422,5
ECTE	6%	60,4	0,9	2,1	-	0,7	0,0	(4,2)	60,0
EDTE ¹³	9%	457,4	10,0	9,6	-	1,6	(0,0)	(13,1)	465,5
ENTE	6%	496,0	7,2	18,8	17,0	4,5	0,0	(26,0)	517,4
ERTE	5%	105,3	1,4	3,8	-	1,6	0,0	(6,0)	106,2
ESDE ¹	7%	71,7	1,2	1,5	-	0,5	0,2	(2,5)	72,4
ESTE ¹³	8%	753,7	14,6	15,9	-	3,5	(0,0)	(21,2)	766,6
ETEP	6%	163,8	2,5	5,9	-	2,8	0,2	(11,5)	163,7
ETSE ¹	6%	35,9	1,0	1,4	-	0,3	0,1	(1,9)	36,7
LUMITRANS	5%	54,6	0,7	1,9	-	0,6	0,0	(2,5)	55,3
STC ¹	5%	64,6	0,9	1,2	-	1,0	1,1	(3,9)	64,9
TRANSIRAPE ⁵	8%	90,3	1,9	3,5	-	0,9	2,0	(6,3)	92,3
TRANSESTE ⁵	10%	98,5	2,5	3,7	-	0,7	(0,0)	(5,1)	100,4
TRANSUDESTE ⁵	8%	67,8	1,3	2,6	-	0,6	(0,0)	(3,2)	69,2
Total		24.768,7	439,7	530,9	280,1	335,6	31,0	(1.044,0)	25.342,1

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.3. DRE 2T26

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	2T26	2T25*	Var.%	2T26	2T25*	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	757.986	688.744	10,1%
Operação e manutenção	288.686	268.400	7,6%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	307.702	296.331	3,8%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	337.749	92.992	263,2%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	211.879	674.784	-68,6%	-	-	-
Outras receitas operacionais	22.094	23.572	-6,3%	332	311	6,8%
Parcela variável	(7.767)	(221)	3414,5%	(7.767)	(221)	3414,5%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.160.343	1.355.858	-14,4%	750.551	688.834	9,0%
PIS e COFINS	(66.294)	(68.243)	-2,9%	(44.981)	(41.763)	7,7%
ISS	(109)	(94)	16,6%	(109)	(93)	17,2%
ICMS	-	(10)	-100,0%	-	(10)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26.291)	(25.684)	2,4%	(26.291)	(25.710)	2,3%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(92.694)	(94.030)	-1,4%	(71.381)	(67.576)	5,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.067.649	1.261.828	-15,4%	679.170	621.258	9,3%
Pessoal	(66.665)	(63.816)	4,5%	(66.665)	(63.816)	4,5%
Material	(147.983)	(501.235)	-70,5%	(1.934)	(2.306)	-16,1%
Serviços de terceiros	(31.611)	(25.847)	22,3%	(31.611)	(25.847)	22,3%
Outras despesas operacionais	(1.695)	(7.572)	-77,6%	(1.802)	(7.563)	-76,2%
Custos e Despesas	(247.954)	(598.470)	-58,6%	(102.012)	(99.533)	2,5%
Depreciação e amortização	(15.296)	(9.541)	60,3%	(127.857)	(102.156)	25,2%
Custos, Despesas e D&A	(263.250)	(608.011)	-56,7%	(229.869)	(201.689)	14,0%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	804.399	653.817	23,0%	449.301	419.570	7,1%
Resultado de equivalência patrimonial	192.785	118.861	62,2%	90.845	105.745	-14,1%
Receita financeira	36.855	31.096	18,5%	36.855	31.096	18,5%
Renda de aplicação financeira	34.536	24.100	43,3%	34.536	24.100	43,3%
Outras receitas financeiras	2.319	6.996	-66,8%	2.319	6.996	-66,8%
Despesas financeiras	(403.394)	(273.766)	47,3%	(403.384)	(273.736)	47,4%
Empréstimos e financiamentos	(1.299)	13.863	-	(1.299)	13.863	-
- Juros incorridos	(1.299)	(6.671)	-80,5%	(1.299)	(6.672)	-80,5%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	-	20.306	-100,0%	-	20.307	-100,0%
- Ajuste ao valor justo	-	228	-100,0%	-	228	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	(46.474)	(24.459)	90,0%	(46.474)	(24.458)	90,0%
- Juros incorridos	5.870	11.024	-46,8%	5.870	11.024	-46,8%
- Variação cambial	(2.191)	(19.733)	-88,9%	(2.191)	(19.734)	-88,9%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(50.153)	(15.749)	218,5%	(50.153)	(15.749)	218,5%
Debêntures	(357.128)	(262.822)	35,9%	(357.128)	(262.823)	35,9%
- Juros incorridos	(243.524)	(212.962)	14,4%	(243.524)	(212.962)	14,4%
- Variações monetárias	(163.757)	(49.861)	228,4%	(163.757)	(49.861)	228,4%
- Marcação a Mercado	50.153	-	-	50.153	-	-
Despesa financeira – Arrendamento	(10)	(30)	-66,7%	-	-	-
Outras despesas financeiras	1.517	(318)	-	1.517	(318)	-
Resultado financeiro	(366.539)	(242.670)	51,0%	(366.529)	(242.640)	51,1%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	630.645	530.008	19,0%	173.617	282.675	-38,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(63.501)	(30.233)	110,0%	33.164	6.510	409,4%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	567.144	499.775	13,5%	206.781	289.185	-28,5%
EBITDA	819.695	663.358	23,6%	577.158	521.726	10,6%
Margem EBITDA	76,8%	52,6%	24,2 pp	85,0%	84,0%	1,0 pp

* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.4. DRE 6M26

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		6M26	6M25*	Var. %	6M26	6M25*	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	1.483.381	1.358.361	9,2%
Operação e manutenção	576.078	536.654	7,3%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	602.102	588.170	2,4%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	429.752	324.522	32,4%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	656.412	942.783	-30,4%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	29.812	37.218	-19,9%	674	744	-9,4%	-
Parcela variável	(10.818)	(6.970)	55,2%	(10.818)	(6.970)	55,2%	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.283.338	2.422.377	-5,7%	1.473.237	1.352.135	9,0%	
PIS e COFINS	(125.739)	(125.394)	0,3%	(85.937)	(80.659)	6,5%	-
ISS	(211)	(249)	-15,3%	(212)	(249)	-14,8%	-
ICMS	(1)	(72)	-98,7%	-	(72)	-100,0%	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFRA	(52.384)	(51.941)	0,9%	(52.384)	(51.968)	0,8%	-
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(178.335)	(177.656)	0,4%	(138.533)	(132.948)	4,2%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.105.003	2.244.721	-6,2%	1.334.704	1.219.187	9,5%	
Pessoal	(133.975)	(125.994)	6,3%	(133.975)	(125.994)	6,3%	-
Material	(466.128)	(792.110)	-41,2%	(3.210)	(3.418)	-6,1%	-
Serviços de terceiros	(49.333)	(43.778)	12,7%	(49.333)	(43.778)	12,7%	-
Outras despesas operacionais	(6.621)	(14.333)	-53,8%	(8.898)	(14.647)	-39,3%	-
Custos e Despesas	(656.057)	(976.215)	-32,8%	(195.416)	(187.837)	4,0%	
Depreciação e amortização	(38.299)	(17.429)	119,7%	(256.325)	(192.535)	33,1%	-
Custos, Despesas e D&A	(694.356)	(993.644)	-30,1%	(451.741)	(380.372)	18,8%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.410.647	1.251.077	12,8%	882.963	838.815	5,3%	
Resultado de equivalência patrimonial	303.011	288.978	4,9%	181.268	204.246	-11,3%	-
Receita financeira	71.095	52.866	34,5%	71.095	52.866	34,5%	-
Renda de aplicação financeira	65.955	44.268	49,0%	65.955	44.268	49,0%	-
Outras Receitas financeiras	5.140	8.598	-40,2%	5.140	8.598	-40,2%	-
Despesas financeiras	(745.958)	(639.827)	16,6%	(745.937)	(639.763)	16,6%	-
Empréstimos e financiamentos	(2.210)	39.334	-	(2.210)	39.334	-	-
- Juros incorridos	(2.210)	(12.949)	-82,9%	(2.210)	(12.949)	-82,9%	-
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
- Variação cambial	-	50.148	-100,0%	-	50.148	-100,0%	-
- Ajuste ao valor justo	-	2.136	-100,0%	-	2.136	-100,0%	-
Instrumentos financeiros derivativos	(31.010)	(71.227)	-56,5%	(31.010)	(71.227)	-56,5%	-
- Juros incorridos	7.573	1.316	475,4%	7.573	1.316	475,4%	-
- Variação cambial	1.151	(54.890)	-	1.151	(54.890)	-	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(39.734)	(17.656)	125,0%	(39.734)	(17.656)	125,0%	-
Debêntures	(715.541)	(603.247)	18,6%	(715.541)	(603.247)	18,6%	-
- Juros incorridos	(478.146)	(416.848)	14,7%	(478.146)	(416.848)	14,7%	-
- Variações monetárias	(277.129)	(186.399)	48,7%	(277.129)	(186.399)	48,7%	-
- Marcação a mercado	39.734	-	-	39.734	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(21)	(64)	-67,2%	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	2.824	(4.623)	-	2.824	(4.623)	-	-
Resultado financeiro	(674.863)	(586.961)	15,0%	(674.842)	(586.897)	15,0%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.038.795	953.094	9,0%	389.389	456.164	-14,6%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(118.005)	(88.158)	33,9%	9.967	21.297	-53,2%	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	920.790	864.936	6,5%	399.356	477.461	-16,4%	
EBITDA	1.448.946	1.268.506	14,2%	1.139.288	1.031.350	10,5%	
Margem EBITDA	68,8%	56,5%	12,3 pp	85,4%	84,6%	0,8 pp	

* O resultado do 2T25 foi reapresentado em virtude do ajuste de contabilização do swap da 1ª série da 6ª emissão de debêntures da TAESA liquidada em maio de 2026. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 4 do ITR findo em 30 de junho de 2026.

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.5. DRE Regulatório 2T26 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	11.213	174.593	14.984	22.364	54.884
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(13)	(909)	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.200	173.683	14.984	22.364	54.884
PIS e COFINS	(444)	(9.310)	(1.322)	(2.085)	(5.077)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(481)	(5.891)	(187)	(278)	(683)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(924)	(15.201)	(1.509)	(2.362)	(5.759)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.276	158.482	13.475	20.002	49.124
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(792)	(10.984)	(440)	(700)	(403)
Material	(13)	(506)	(5)	(4)	(43)
Serviços de terceiros	(703)	(3.305)	(280)	(483)	(2.274)
Outras despesas operacionais	(13)	(1.266)	(1)	(2)	(47)
Custos e Despesas	(1.521)	(16.060)	(726)	(1.189)	(2.767)
Depreciação e amortização	(1.263)	(28.331)	(1.361)	(2.329)	(6.078)
Custos, Despesas e D&A	(2.784)	(44.391)	(2.087)	(3.518)	(8.845)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.492	114.091	11.389	16.485	40.280
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	437	5.746	307	489	4.153
Despesas financeiras	33	(46.808)	(4.603)	(8.112)	(41.282)
Resultado financeiro	470	(41.062)	(4.296)	(7.623)	(37.129)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.962	73.029	7.093	8.861	3.150
Imposto de Renda e Contribuição Social	(517)	(7.908)	(641)	887	(1.071)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.445	65.120	6.452	9.748	2.079
EBITDA	8.755	142.422	12.749	18.813	46.357
Margem EBITDA	85,2%	89,9%	94,6%	94,1%	94,4%

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.6. DRE Regulatório 6M26 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	22.427	348.271	29.968	44.729	111.415
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(13)	(1.025)	-	(197)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	22.413	347.247	29.968	44.532	111.415
PIS e COFINS	(889)	(18.568)	(2.693)	(3.971)	(10.306)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(971)	(11.778)	(373)	(555)	(1.380)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.860)	(30.346)	(3.066)	(4.526)	(11.686)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.553	316.901	26.902	40.006	99.729
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	-	-	-	-	-
Pessoal	(1.533)	(19.318)	(841)	(1.340)	(817)
Material	(29)	(876)	(8)	(8)	(66)
Serviços de terceiros	(1.060)	(5.660)	(435)	(674)	(4.112)
Outras despesas operacionais	(99)	(2.459)	(87)	(100)	(511)
Custos e Despesas	(2.720)	(28.313)	(1.370)	(2.122)	(5.506)
Depreciação e amortização	(3.222)	(57.543)	(2.722)	(4.658)	(14.006)
Custos, Despesas e D&A	(5.942)	(85.856)	(4.092)	(6.780)	(19.512)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	14.611	231.045	22.810	33.226	80.217
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	772	12.089	519	882	7.360
Despesas financeiras	(15)	(93.547)	(8.992)	(16.159)	(73.753)
Resultado financeiro	756	(81.458)	(8.473)	(15.278)	(66.393)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	15.367	149.587	14.337	17.948	13.824
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.005)	(22.239)	(1.523)	(330)	(4.700)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.363	127.348	12.815	17.619	9.124
EBITDA	17.833	288.588	25.532	37.884	94.223
Margem EBITDA	86,8%	91,1%	94,9%	94,7%	94,5%

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.7. DRE IFRS 2T26 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.939	31.740	2.312	2.699	6.487
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.687	62.794	10.530	16.274	40.760
Correção monetária do ativo contratual de concessão	4.348	109.986	11.573	18.185	43.409
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	68.223	-	-	34
Outras receitas operacionais	2.342	6.831	-	-	-
Parcela variável	(13)	(909)	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.302	278.665	24.415	37.158	90.690
PIS e COFINS	(475)	(14.255)	(2.184)	(3.438)	(8.389)
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(481)	(5.891)	(187)	(278)	(683)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(956)	(20.146)	(2.370)	(3.715)	(9.071)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.347	258.520	22.045	33.443	81.619
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(792)	(10.984)	(440)	(700)	(403)
Material	(27)	(54.549)	(282)	(4)	(292)
Serviços de terceiros	(703)	(3.305)	(280)	(483)	(2.274)
Outras despesas operacionais	(13)	(1.266)	4	7	(47)
Custos e Despesas	(1.534)	(70.103)	(997)	(1.181)	(3.016)
Depreciação e amortização	(26)	(84)	(15)	(26)	(25)
Custos, Despesas e D&A	(1.561)	(70.187)	(1.012)	(1.207)	(3.041)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	9.786	188.333	21.033	32.236	78.578
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	437	5.746	307	489	4.153
Despesas financeiras	33	(46.809)	(4.604)	(8.114)	(41.282)
Resultado financeiro	470	(41.063)	(4.297)	(7.625)	(37.129)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	10.255	147.270	16.736	24.611	41.448
Imposto de Renda e Contribuição Social	(551)	(24.557)	(3.920)	(4.468)	(14.041)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.705	122.713	12.816	20.143	27.408
EBITDA	9.812	188.417	21.048	32.262	78.603
Margem EBITDA	86,5%	72,9%	95,5%	96,5%	96,3%

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.8. DRE IFRS 6M26 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	7.877	63.480	4.624	5.399	14.621
Remuneração do ativo contratual de concessão	3.402	125.950	20.917	32.327	80.973
Correção monetária do ativo contratual de concessão	3.998	126.518	18.724	29.425	71.104
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	123.430	-	-	34
Outras receitas operacionais	4.685	12.748	-	-	-
Parcela variável	(13)	(1.025)	-	(197)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	19.948	451.102	44.265	66.954	166.732
PIS e COFINS	(588)	(23.940)	(3.995)	(6.015)	(15.423)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(971)	(11.778)	(373)	(555)	(1.380)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.560)	(35.718)	(4.367)	(6.570)	(16.803)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.388	415.384	39.898	60.385	149.929
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	-	-	-	-	-
Pessoal	(1.533)	(19.318)	(841)	(1.340)	(817)
Material	(261)	(96.370)	(62)	110	(3.348)
Serviços de terceiros	(1.060)	(5.660)	(435)	(674)	(4.112)
Outras despesas operacionais	(99)	(2.459)	(75)	(83)	(408)
Custos e Despesas	(2.952)	(123.806)	(1.413)	(1.987)	(8.686)
Depreciação e amortização	(44)	(1.502)	(30)	(53)	(50)
Custos, Despesas e D&A	(2.996)	(125.308)	(1.443)	(2.040)	(8.736)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	15.392	290.075	38.455	58.345	141.194
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	772	12.089	519	882	7.360
Despesas financeiras	(15)	(93.547)	(8.994)	(16.163)	(73.753)
Resultado financeiro	756	(81.458)	(8.475)	(15.281)	(66.393)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	16.148	208.617	29.980	43.064	74.800
Imposto de Renda e Contribuição Social	(929)	(31.320)	(6.842)	(8.869)	(21.639)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	15.220	177.297	23.139	34.195	53.161
EBITDA	15.437	291.577	38.485	58.397	141.244
Margem EBITDA	83,9%	70,2%	96,5%	96,7%	94,2%

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.9. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 6M26 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO		
	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	TAESA consolidado proforma		TAESA consolidado proforma	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	(0)	0	-	(0)	2.040	2.040	557	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	602	264	-	866	(866)	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato	430	250	-	680	(680)	-	-	-
Operação e manutenção	576	96	-	672	(672)	-	-	-
Implementação de infraestrutura	656	123	-	780	(780)	-	-	-
Parcela variável	(11)	(1)	-	(12)	-	(12)	(1)	-
Outras receitas	30	17	-	47	(47)	1	-	-
Receita bruta	2.283	749	-	1.434	595	2.029	556	-
Deduções da receita bruta	(178)	(65)	-	(243)	53	(190)	(51)	-
Receita operacional líquida - ROL	2.105	684	-	2.789	(950)	1.839	504	908
Pessoal	(134)	(24)	-	(158)	-	(158)	(24)	-
Materiais	(466)	(100)	-	(566)	562	(4)	(1)	-
Serviço de terceiros	(466)	(100)	-	(566)	505	(61)	(12)	-
Outros	(7)	(3)	-	(10)	(2)	(12)	(3)	-
EBITDA	1.449	545	-	1.994	(391)	1.603	464	-
Margem EBITDA	68,8%	79,7%	n/a	71,5%	15,7%	87,2%	92,1%	n/a
Depreciação e amortização	(38)	(2)	-	(40)	(298)	(338)	(82)	-
Resultado operacional	1.411	543	-	1.954	(689)	1.265	382	-
Resultado de equivalência patrimonial	303	-	(303)	-	-	-	-	(181)
Resultado financeiro	(675)	(171)	-	(846)	0,0	(846)	(171)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	1.039	373	(303)	396	23	419	211	(181)
Correntes	(17)	(29)	-	(46)	0,3043	(46)	(29)	-
Diferidos	(101)	(40)	-	(142)	167	26	(1)	-
Impostos e contribuições sociais	(118)	(70)	-	(188)	168	(20)	(30)	-
Lucro líquido	921	303	(303)	921	(521)	399	181	(181)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	2T26
EBITDA Societário	1.994
(-) Correção monetária - IFRS 15	(680)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(780)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(866)
(-) Receita de O&M e outras	(719)
(+) RAP	2.040
(+/-) PIS/COFINS diferidos	53
(+) CAPEX operacional	559
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	2.040
(+/-) Outros efeitos societários	(2.040)
EBITDA Regulatório	1.603

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

R\$ mil	2T26 IFRS	Ajustes	2T26 Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	208.359	-	208.359
Títulos e Valores Mobiliários	335.801	-	335.801
Clientes	286.227	-	286.227
Ativo contratual de concessão	1.874.245	1.874.245	-
Impostos e contribuições sociais	133.243	-	133.243
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.663	-	2.663
Dividendos e JCP a receber	24.730	-	24.730
Estoque	22.704	-	22.704
Outras contas a receber	99.726	-	99.726
Total do Ativo Circulante	2.987.698	1.874.245	1.113.453
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	42.174	-	42.174
Ativo contratual de concessão	15.832.698	15.832.698	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(128.725)	128.725
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.275.711	2.609.704	666.007
Clientes	22.428	-	22.428
Depósitos judiciais	143.145	-	143.145
Instrumentos financeiros derivativos	2.959	-	2.959
Outras contas a receber	15.267	-	15.267
Imobilizado	212.735	(10.028.302)	10.241.037
Intangível	165.749	(615.065)	780.814
Direito de uso	317	317	-
Total do Ativo Não Circulante	19.713.183	7.670.627	12.042.556
Total do Ativo	22.700.881	9.544.872	13.156.009
Passivos			
Fornecedores	200.594	-	200.594
Impostos e contribuições sociais	95.380	-	95.380
Empréstimos e financiamentos	4.932	-	4.932
Debêntures	180.182	-	180.182
Passivo de arrendamento	356	356	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	161.112	-	161.112
Taxas regulamentares	60.866	-	60.866
Outras contas a pagar	155.343	25.248	130.095
Total do Passivo Circulante	858.765	25.604	833.161
Empréstimos e financiamentos	36.947	-	36.947
Debêntures	10.735.039	-	10.735.039
Passivo de arrendamento	439	439	-
Instrumentos financeiros derivativos	57.551	-	57.551
Impostos e contribuições diferidos	1.573.597	1.566.910	6.687
Tributos diferidos	971.454	981.878	(10.424)
Provisão para contingências	199.085	2.594	196.491
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(85.221)	85.221
Fornecedores	4.441	-	4.441
Outras contas a pagar	192.615	-	192.615
Total do Passivo Não Circulante	13.771.201	2.466.633	11.304.568
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.701.928	-	3.701.928
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(192.574)	-	(192.574)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.526.972	(6.526.972)
Resultado do período	920.790	521.434	399.356
Atribuído a participação dos acionistas controladores	8.070.915	7.052.635	1.018.280
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	8.070.915	7.052.635	1.018.280
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	22.700.881	9.544.872	13.156.009

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.11. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	6M26
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	399.359
Resultado de equivalência patrimonial	(181.268)
Depreciação e amortização	256.330
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	5.341
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(25.499)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	2.210
Juros e variações monetárias sobre debêntures	715.541
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	31.010
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.479)
Tributos diferidos	1.191
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(4.530)
Despesa de atualização monetária de contingências	9.069
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	6.359
	1.203.956
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(30.176)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	26.825
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	881
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(6.395)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(84.423)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	6.837
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(28.941)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	191.673
	76.281
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.280.237
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.495)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.261.742
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	231.459
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(481.365)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(249.906)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(2.213)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(1.464)
Captação de debêntures	797.792
Pagamento de debêntures - principal	(1.132.883)
Pagamento de debêntures - juros	(395.713)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	(163.587)
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(647.005)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(1.545.073)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(533.237)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	741.596
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	208.359
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(533.237)

Resultados do 2º trimestre de 2026



4.12. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	6M26
R\$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	920.794
Resultado de equivalência patrimonial	(303.011)
Depreciação e amortização	38.130
Amortização de direito de uso	173
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	5.341
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	(1.190)
Receita de aplicações financeiras	(25.499)
Custo Implementação - provisão fornecedores	443.168
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	2.210
Juros e variações monetárias sobre debêntures	715.541
Juros passivo de arrendamento	20
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	31.010
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101.493
Tributos diferidos	40.993
Remuneração do ativo contratual de concessão	(602.101)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(429.752)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(656.412)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(4.530)
Despesa de atualização monetária de contingências	9.069
Provisão contrato oneroso	(2.060)
Provisão (Reversão) para parcela variável	6.359
	306.258
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(30.176)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	878.164
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	26.825
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	881
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(6.395)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(527.591)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	6.837
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(28.941)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	191.673
	511.277
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	817.535
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.495)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	799.040
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	231.459
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(18.446)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	213.013
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(2.213)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(1.464)
Captação de debêntures	797.792
Pagamento de debêntures - principal	(1.132.883)
Pagamento de debêntures - juros	(395.713)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	(163.587)
Pagamento de passivo de arrendamento	(217)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(647.005)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(1.545.290)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(533.237)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	741.596
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	208.359
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(533.237)

Resultados do 2º trimestre de 2026



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a TAESA não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da TAESA, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da TAESA, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.